

**PREGÃO ELETRÔNICO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU  
EDITAL Nº 088/PMJ/2026**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Jaru  
Superintendência de Licitações e Contratos

**OBJETO:**

Registro de preços visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 570.374,42 (quinhentos e setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 17/07/2026 às 09h10min. (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por Item.

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

(X) Sim / ( ) Não

**EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS**

( ) Sim / (X) Não

**EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA**

( ) Sim / (X) Não

**LOCAL DA DISPUTA**

Site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**Compõe este Edital os seguintes Anexos:**

**ANEXO I** - Termo de Referência

**Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar

**ANEXO II** – Modelo de Proposta Comercial;

**ANEXO III** – Ata de Registro de Preço;

**ANEXO IV** – Termo de Compromisso;

**ANEXO V** – Modelo de declaração para ME e EPP; e

**ANEXO VI** - Modelo de Declaração Negativa de Relação Familiar ou Parentesco;

## Sumário

1. DO OBJETO.....	
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	
6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE.....	
7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	
8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA.....	
9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10. DO PAGAMENTO.....	
11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS.....	
12. DA FASE DE JULGAMENTO.....	
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
14. DOS RECURSOS.....	
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	
16. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	
18. DO FORO.....	

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/PMJ/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6342/PMJ/2026  
MENOR PREÇO POR ITEM****PREÂMBULO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **JARU/RO**, através do (a) Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº 188, de 16 de abril de 2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, por meio do setor de Superintendência de Licitações e Contratos, sediado na Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080 setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, formalizando em **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

<b>CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS:</b>	Dia 03/07/2026, com início às 09h00min.
<b>FIM DO CADASTRO DE PROPOSTAS:</b>	Às 08h59min, do dia 17/07/2026.
<b>ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:</b>	Dia 17/07/2026, com início às 09h00min.
<b>INÍCIO DO PREGÃO:</b>	Dia 17/07/2026, com início às 09h10min. (Horário de Brasília)

**1. DO OBJETO**

1.1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal De Infraestrutura E Serviços Públicos - SEMINSP, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento – SEMAFO, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico – SEMPLACIDE, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo – SEMECEL, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SENDES, Secretaria de Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**TABELA DE PREÇOS MÉDIOS:**

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	LAVAGEM COMPLETA - MOTOCICLETA Limpeza inferior, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, pneus, aros, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	88,00	SVC	27,67	2.434,96
2	LAVAGEM COMPLETA - VAN Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	29,00	SVC	158,19	4.587,51
3	LAVAGEM COMPLETA - PÁ CARREGADEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	40,00	SVC	344,33	13.773,20
4	LAVAGEM COMPLETA - RETRO ESCAVADEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, embuchamentos,	40,00	SVC	316,63	12.665,20

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.				
5	LAVAGEM COMPLETA - MOTO NIVELADORA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, embuchamentos, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	40,00	SVC	435,95	17.438,00
6	LAVAGEM COMPLETA - TRATOR DE PNEUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	30,00	SVC	185,10	5.553,00
7	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	13,00	SVC	194,87	2.533,31
8	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CARROCERIA TOCO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	13,00	SVC	183,00	2.379,00
9	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO PIPA TOCO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	6,00	SVC	222,61	1.335,66
10	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CARROCERIA 3/4 Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	20,00	SVC	241,80	4.836,00
11	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	249,37	2.493,70
12	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARROCERIA TRUCK Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	30,00	SVC	222,98	6.689,40

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
13	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARROCERIA TOCO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	280,00	2.800,00
14	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO PIPA TRUCK Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	30,00	SVC	189,78	5.693,40
15	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO PIPA TOCO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados	10,00	SVC	179,06	1.790,60
16	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARROCERIA 3/4 Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	238,31	2.383,10
17	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCK Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	217,40	2.174,00
18	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO 3/4 COM CESTO AEREO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	190,76	1.907,60
19	LAVAGEM COMPLETA DE ROLO COMPACTADOR Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	248,14	2.481,40
20	LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHÃO 3/4 BAÚ Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-	20,00	SVC	226,47	4.529,40

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.				
21	LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHÃO 3/4 COM CESTO AEREO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	10,00	SVC	188,00	1.880,00
22	LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHÃO TRUCK COM TANQUE (BURRO PRETO) Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	10,00	SVC	241,38	2.413,80
23	LAVAGEM COMPLETA - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	15,00	SVC	336,31	5.044,65
24	LAVAGEM COMPLETA - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	6,00	SVC	376,67	2.260,02
25	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO 3/4 TIPO COMBOIO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	192,70	1.927,00
26	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHONETE EQUIPADA COM CESTO AÉREO. Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	169,00	1.690,00
27	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO 3/4 EQUIPADO COM CABINE SUPLEMENTAR Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance	20,00	SVC	192,38	3.847,60

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	dos pontos desejados.				
28	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	284,43	2.844,30
29	LAVAGEM SIMPLES - VEÍCULOS LEVES Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	455,00	SVC	76,69	34.893,95
30	LAVAGEM SIMPLES - CAMIONETE Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	1.030,00	SVC	91,55	94.296,50
31	LAVAGEM SIMPLES - AMBULÂNCIA Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	130,00	SVC	118,33	15.382,90
32	LAVAGEM COMPLETA - ÔNIBUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	156,00	SVC	329,49	51.400,44
33	LAVAGEM COMPLETA - VEÍCULOS LEVES Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	223,00	SVC	76,98	17.166,54
34	LAVAGEM COMPLETA - CAMIONETE Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	341,00	SVC	106,67	36.374,47
35	LAVAGEM COMPLETA - MICRO-ÔNIBUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for	156,00	SVC	234,88	36.641,28

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	possível o alcance dos pontos desejados.				
36	LAVAGEM COMPLETA - AMBULÂNCIA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	6,00	SVC	216,63	1.299,78
37	LAVAGEM COMPLETA - PAVIMENTADORA SOBRE ESTEIRAS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	5,00	SVC	467,42	2.337,10
38	LAVAGEM SIMPLES - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	10,00	SVC	196,49	1.964,90
39	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CARGO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	7,00	SVC	216,33	1.514,31
40	LAVAGEM SIMPLES - VAN Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	140,00	SVC	180,00	25.200,00
41	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARGO Serviço De Lavagem Completa De Caminhão Cargo Cabine Estendida Limpeza Inferior, Externa, Interna, Secagem E Acabamento, Sopragem, Aspiração Geral, Lavagem Do Motor, Chassi, Para-Lamas, Embuchamentos, Entre portas, Para Choques, Pneus, Aros, Telas, Faróis E Bancos, Onde For Possível O Alcance Dos Pontos Desejados.	3,00	SVC	323,94	971,82
42	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO 3/4 BAÚ Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	12,00	SVC	255,98	3.071,76
43	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO TRUCK COM TANQUE Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for	5,00	SVC	215,37	1.076,85

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	possível o alcance dos pontos desejados.				
44	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO EQUIPADO COM ESPARGEDOR Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	414,75	8.295,00
45	LAVAGEM COMPLETA - ROLO AUTO-PROPULSOR COM PNEUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	6,00	SVC	411,50	2.469,00
46	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO BAÚ Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	7,00	SVC	220,91	1.546,37
47	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO BAÚ Serviço De Lavagem Completa De Caminhão BAÚ, Limpeza Inferior, Externa, Interna, Secagem E Acabamento, Sopragem, Aspiração Geral, Lavagem Do Motor, Chassi, Para-Lamas, Embuchamentos, Entre portas, Para Choques, Pneus, Aros, Telas, Faróis E Bancos, Onde For Possível O Alcance Dos Pontos Desejados..	3,00	SVC	334,18	1.002,54
48	LAVAGEM COMPLETA - MINICARREGADEIRA (BOBCAT) Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	261,58	2.615,80
49	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	469,80	4.698,00
50	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO MUNCK COM PLATARFORMA FIXA COM RAMPA DE ACESSO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	483,33	4.833,30
51	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO BETONEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral,	20,00	SVC	483,47	9.669,40

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.				
52	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO BETONEIRA AUTOPROPELIDA E AUTOCARREGÁVEL Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	20,00	SVC	540,00	10.800,00
53	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO BASCULANTE Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	341,54	6.830,80
54	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO VARREDEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	326,67	6.533,40
55	LAVAGEM SIMPLES MICRO-ÔNIBUS Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. e limpeza nos bancos.	220,00	SVC	162,67	35.787,40
56	LAVAGEM SIMPLES - ÔNIBUS Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. e limpeza nos bancos.	205,00	SVC	143,00	29.315,00
<b>VALOR TOTAL: R\$ 570.374,42 (quinhentos e setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)</b>					

1.1.3. Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de aquisição pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sítio Eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nos itens cujos os valores estejam abaixo de R\$ 80.000 (oitenta mil reais), serão de participação exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar 123, e com Decreto Municipal 9.323.

2.6. Nos itens cujo os valores totais ultrapassem R\$ 80.000 (oitenta mil reais), o item apresentará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) em conformidade com a Lei Complementar 123 e com a Notificação Recomendatória Circular Nº 078/2019/GPEPSO, do Tribunal de Contas do Estado.

2.6.1. Nos itens em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.7. Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

## **2.8. Não poderão disputar esta licitação:**

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.2. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações exigidas no edital, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do **ITEM**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Quanto as quantidades elencadas: não há possibilidade no ato do cadastro da proposta, de oferecer um quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se aos limites dela.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1%*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.1. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.22.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22.6. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

### **6.1. DA CONTRATADA:**

6.1.1. Compete à Contratada executar fielmente os serviços de lavagem simples, lavagem completa, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos, observando integralmente as especificações, quantidades, padrões de qualidade, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, no contrato e nas requisições ou ordens de serviço emitidas pela Contratante.

6.1.2. A Contratada deverá realizar os serviços no local indicado no instrumento convocatório, em dias e horários previamente agendados, recebendo os veículos, máquinas ou equipamentos mediante requisição ou ordem de serviço devidamente autorizada, contendo a identificação do bem, a placa quando houver, o tipo de serviço solicitado e demais informações necessárias à execução.

6.1.3. A Contratada deverá iniciar e concluir os serviços dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, especialmente o prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas para lavagem simples e de 06 (seis) horas corridas para lavagem completa, contados a partir da notificação por requisição ou ordem de serviço, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

6.1.4. Caso o serviço seja recusado pela fiscalização por desconformidade, falha, execução incompleta ou baixa qualidade, a Contratada deverá refazer, corrigir ou complementar o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contado do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.1.5. A Contratada deverá utilizar produtos, materiais, equipamentos e técnicas adequadas à execução dos serviços, observando, quando aplicável, o uso de shampoo neutro e biodegradável, bem como práticas compatíveis com a conservação dos veículos, máquinas e equipamentos, evitando danos à pintura, lataria, vidros, borrachas, estofados, componentes elétricos, mecânicos e demais partes dos bens públicos.

6.1.6. A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela mão de obra, equipamentos, produtos, insumos, EPIs, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados, prepostos ou representantes e a Administração Municipal.

6.1.7. A Contratada deverá responder por quaisquer danos causados aos veículos, máquinas, equipamentos, servidores, terceiros ou ao patrimônio público em razão da execução dos serviços, inclusive por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, obrigando-se a reparar integralmente os prejuízos causados.

6.1.8. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, comunicando imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer a regular execução dos serviços ou o cumprimento das obrigações assumidas.

6.1.9. A Contratada deverá atender prontamente às solicitações da Contratante, prestar esclarecimentos sempre que solicitado, indicar preposto responsável pela execução contratual e manter canais oficiais de comunicação, incluindo e-mail e número de telefone ou aplicativo de mensagens, para recebimento de requisições, notificações e demais comunicações administrativas.

6.1.10. A Contratada deverá observar as normas ambientais, sanitárias, trabalhistas e de segurança aplicáveis à execução dos serviços, adotando práticas adequadas de uso racional de água, descarte de resíduos, manuseio de produtos químicos e prevenção de danos ambientais, quando couber.

6.1.11. É vedada à Contratada a subcontratação, terceirização, locação ou sublocação dos serviços, salvo se houver autorização expressa no instrumento convocatório, devendo a execução permanecer sob sua responsabilidade direta.

6.1.12. A Contratada deverá apresentar as notas fiscais ou documentos equivalentes correspondentes aos serviços efetivamente prestados, acompanhados dos documentos exigidos para liquidação e pagamento, respondendo pela veracidade das informações, quantidades, valores e serviços discriminados.

### **6.2. DA CONTRATANTE:**

6.2.1. Compete à Contratante emitir as requisições, ordens de serviço ou instrumentos equivalentes necessários à execução dos serviços, indicando, no mínimo, a Secretaria solicitante, o veículo, máquina ou equipamento a ser atendido, a placa ou identificação equivalente, o tipo de lavagem solicitada, o valor correspondente e demais informações indispensáveis à correta execução do objeto.

6.2.2. A Contratante deverá disponibilizar os veículos, máquinas ou equipamentos à contratada em dia e horário previamente agendados, por meio de servidor responsável, que acompanhará a entrega e a retirada do bem após a conclusão do serviço, assinando a requisição ou ordem de serviço correspondente, juntamente com o representante da contratada.

6.2.3. Caberá à Contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor ou comissão designada, verificando se a lavagem simples ou completa foi realizada conforme as especificações previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à limpeza interna, externa, inferior, acabamento, aspiração, lavagem de motor, chassi, pneus, aros, para-lamas, bancos e demais pontos aplicáveis ao tipo de serviço contratado.

6.2.4. A Contratante deverá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas, comunicando formalmente a contratada para que promova a correção, refazimento ou complementação do serviço no prazo estabelecido, sem ônus adicional à Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.2.5. Compete à Contratante prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, bem como registrar eventuais ocorrências, falhas, atrasos, recusas ou desconformidades verificadas durante a execução contratual, adotando as providências administrativas cabíveis.

6.2.6. A Contratante deverá proceder ao recebimento provisório e definitivo dos serviços, quando aplicável, mediante conferência da qualidade, quantidade e conformidade do objeto executado, atestando a nota fiscal ou documento equivalente somente após a comprovação da efetiva prestação dos serviços.

6.2.7. A Contratante deverá efetuar o pagamento à contratada após o regular recebimento e atesto dos serviços executados, observadas as condições, prazos, retenções tributárias, regularidade fiscal e demais exigências previstas no Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação vigente.

6.2.8. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, pelos danos causados à Administração ou a terceiros, ou por qualquer irregularidade decorrente de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes.

## **7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

### **7.1. DO PRAZO**

7.1.1. O prazo máximo para a empresa dar início e para concluir a execução dos serviços será de no máximo de 4 (quatro) horas corridas para lavagem simples e de 06 (seis) horas corridas para lavagem completa, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento/serviço, autorizadas e entregues pela secretaria.

7.1.2. Caso os serviços sejam recusados, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contados a partir do recebimento da notificação apresentada a contratada, sem quaisquer ônus para a Administração do município de Jaru/RO.

### **7.2. FORMA DE ENTREGA**

7.2.1. A autorização de serviços, bem como a fiscalização dos serviços realizados, será liberada pelo secretário municipal da referida secretaria, através de requisições com a descrição dos devidos serviços, veículos, placa e valores constantes nas mesmas.

7.2.2. Os serviços deverão ser prestados sempre no local de funcionamento da Contratada, que deverá estar localizada no Município de Jaru/RO, em dias e horários previamente agendados, mediante a apresentação de requisição assinada por servidor responsável, especificando a placa do veículo e especificação do serviço.

7.2.3. Os veículos serão entregues e retirados na sede da contratada pelo fiscal ou servidor responsável que acompanhará a execução, juntamente a 1 via da requisição ou ordem de serviço, que deverá ser assinada pelo responsável da contratante e da contratada.

7.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2.5. A Fiscalização e aceitação do objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente do processo de licitação, através de servidores da Unidade Administrativa em questão, mediante indicação da Secretaria. Sendo que os serviços serão recebidos depois de conferidas às especificações, quantidades e qualidade dos mesmos.

7.2.6. Só será aceito o fornecimento de serviços que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

7.2.7. A prestação dos serviços será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou comissão de recebimento designada por cada secretaria, que irá relatar qualquer informação que se fizer necessária, após os serviços fornecido pela contratada.

7.2.8. Caso o serviço não seja realizado de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

7.2.9. O funcionário da contratante irá assinar a requisição e/ou ordem de fornecimento/serviço, para efeito de comprovação do mesmo.

### **7.3. DO RECEBIMENTO**

7.3.1. A Administração reserva o direito de exigir que os serviços a contratar sejam executados na sede urbana do Município de Jaru, para melhor acompanhamento e fiscalização, e não será permitida sua terceirização parcial ou num todo, e se dará de forma fracionada, conforme necessidade da administração, mediante a solicitação através requisição devidamente assinada pelo responsável pelo setor de manutenção.

7.3.2. Os serviços deverão ser prestados sempre no local de funcionamento da Contratada, em dias e horários previamente agendados, devendo este estar localizado no perímetro urbano do Município de Jaru/RO.

7.3.3. Os veículos serão entregues no local de funcionamento da contratada pelo Fiscal ou Servidor responsável juntamente com a 1º via da requisição ou Ordem de Serviço, que deverá ser assinada pelo responsável da contratada e da contratante e conter a placa do veículo e discriminação do serviço a ser executado. A retirada do veículo após a conclusão do serviço também será feita por um Servidor responsável da contratante.

7.3.4. O prazo máximo para início e conclusão do serviço é de 4 (quatro) horas no caso de lavagem simples e de 6 (seis) horas no caso de lavagem completa, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento/serviço, devidamente autorizadas e entregues pela secretaria.

### **7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

7.4.1. Os serviços deverão ser executados com qualidade, regularidade e acabamento compatíveis com a finalidade contratada, utilizando produtos, equipamentos, técnicas e mão de obra adequados à lavagem, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos.

7.4.2. A lavagem simples deverá abranger a limpeza interna e externa do veículo ou equipamento, conforme a descrição do item requisitado, incluindo remoção de sujeiras aparentes, limpeza de pintura, vidros, pneus, aros, para-choques, entreportas e demais pontos acessíveis.

7.4.3. A lavagem completa deverá abranger, além dos elementos previstos para a lavagem simples, os procedimentos adicionais descritos no respectivo item, tais como limpeza inferior, aspiração, sopragem, acabamento, chassi, para-lamas, embuchamentos, bancos, motor e demais pontos acessíveis, sempre observadas as limitações técnicas de cada veículo, máquina ou equipamento.

7.4.4. A lavagem de motor, componentes elétricos, eletrônicos, sensores, módulos, painéis ou partes sensíveis deverá ser realizada com cautela técnica, somente quando cabível e de forma a não causar danos, infiltrações, curtos, mau funcionamento ou perda de garantia.

7.4.5. Não serão aceitos serviços executados de forma incompleta, com baixa qualidade aparente, uso de produtos inadequados, danos ao bem público, resíduos remanescentes incompatíveis com o tipo de lavagem requisitada ou divergência em relação à ordem de serviço.

### **7.5. DA FISCALIZAÇÃO**

7.5.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta aceita, na ata, no contrato e nas requisições ou ordens de serviço emitidas.

7.5.2. A fiscalização deverá conferir, conforme o caso, a identificação do veículo, máquina ou equipamento, placa ou número patrimonial, tipo de lavagem solicitada, horário de entrega e retirada, qualidade do serviço executado, integridade do bem, assinatura da requisição e conformidade com o valor registrado.

7.5.3. Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, quando executados em desconformidade com as especificações, de forma incompleta, com baixa qualidade, atraso injustificado, uso de produto inadequado, dano ao bem público ou divergência entre o serviço requisitado e o serviço efetivamente realizado.

7.5.4. Constatada irregularidade, a fiscalização comunicará formalmente a contratada, fixando prazo para correção, complementação ou refazimento do serviço, sem ônus adicional à Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5.5. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços, danos causados aos veículos, máquinas, equipamentos, servidores, terceiros ou ao patrimônio público, nem pelo cumprimento das obrigações ambientais, trabalhistas, fiscais e contratuais.

## **7.6. REGULARIDADE AMBIENTAL E ESTRUTURA DO LOCAL**

7.6.1. A contratada deverá manter estabelecimento ou base operacional regular, compatível com a prestação dos serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, observadas as normas municipais, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

7.6.2. Quando exigível pela legislação local ou ambiental, a contratada deverá apresentar alvará de funcionamento, licença ambiental, dispensa de licenciamento, autorização ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, compatível com a atividade de lavagem de veículos.

7.6.3. A contratada deverá adotar medidas adequadas para contenção, coleta, tratamento e destinação dos efluentes e resíduos gerados pela lavagem, especialmente água contaminada, lama, óleo, graxa, embalagens, produtos químicos e demais resíduos, vedado o lançamento irregular em vias públicas, rede pluvial, solo ou corpos hídricos.

7.6.4. Os produtos utilizados deverão ser compatíveis com a limpeza automotiva, preferencialmente neutros e biodegradáveis quando aplicável, não podendo causar danos à pintura, borrachas, vidros, estofados, componentes elétricos, mecânicos ou demais partes dos veículos, máquinas e equipamentos.

## **8. DO CONTRATO E DA ASSINATURA**

### **8.1. DO CONTRATO**

8.1.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

8.1.2. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

8.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.4. A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. O reajuste ocorrerá de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, a cada 12 (doze) meses, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado da contratação.

### **8.2. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

8.2.1. A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.2.2. As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

8.2.3. Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 8.2.1 deste Edital.

8.2.4. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

8.2.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

### **8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

8.3.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

8.3.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.3.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.3.6. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

### **8.4. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.4.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

**§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:**

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:**

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 desta Lei](#) deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.4.2. A extinção do contrato poderá ser:**

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

**8.4.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:**

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

## 9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS

9.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

9.1.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

9.1.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços e deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

9.1.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

## 9.2. DA ASSINATURA DA ATA

9.2.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.2.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.2.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.2.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **9.3. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS**

9.3.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

9.3.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

9.3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

9.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

9.3.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.3.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

9.3.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

9.3.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

### **9.4. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.4.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

### **9.5. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO**

9.5.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

10.1.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

10.1.3. A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

10.1.4. A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.

10.1.5. Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

10.1.6. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

10.1.7. Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

10.1.8. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

10.1.9. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

## **10.2. DA LIQUIDAÇÃO**

10.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **11. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS**

11.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

11.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21](#)

11.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

11.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

11.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

11.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

11.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

11.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

## **11.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

11.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

## **11.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.3.1 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

#### 11.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

#### 12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o (a) Pregoeiro (a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 12.7.1. conter vícios insanáveis;
- 12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 12.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do (a) pregoeiro (a), que comprove:
- 12.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 12.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 12.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

### **13. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.1.1. Na ausência do envio ou em caso de documento vencido: a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser consultada e obtida pela comissão de contratação, desde que a empresa envie, no momento da licitação destinado ao envio da documentação de habilitação, o comprovante do registro no SICAF. Essa consulta será RESTRITA ao SICAF, não sendo realizada de outros meios/sites.
- 13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 13.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

13.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

13.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

13.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

13.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

13.9. A verificação pelo (a) pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.9.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) HORAS ÚTEIS**, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a). Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, **mediante solicitação devidamente justificada e sujeita à aprovação do(a) pregoeiro(a)**.

13.9.1.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 13.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

13.9.1.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

13.9.1.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.9.1.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

13.9.1.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.9.1.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

13.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.11.3. Conforme disposto no item 13.9.1. e seus subitens deste edital.

13.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.9.1.

13.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**13.17. Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis. Relação de documentos para fins de habilitação.**

**13.18. Da Habilitação Jurídica:**

**a) Registro na Junta Comercial**, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**b) Ato constitutivo**, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.

**c) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**d) Cédula de identificação dos sócios (RG) e (CPF)**, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

**e)** Se a empresa se fizer representar por **PROCURADOR**, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

**f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.**

**g) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**h) Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**i) Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) ([arts. 17 a 19 e 165](#)).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13.19. Da Regularidade Fiscal Social e Trabalhista;**

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos **FEDERAIS** e à Dívida Ativa da União.
- b) Certidão Negativa de Tributos **ESTADUAIS**.
- c) Certidão Negativa de Tributos **MUNICIPAIS**.
- d) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do **FGTS**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao) Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da **CNDT**.

13.19.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.19.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.19.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **13.20. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

13.20.1. A licitante deverá apresentar, para fins de qualificação técnico-operacional, no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, declaração ou certidão, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, em características, natureza e complexidade, abrangendo serviços de lavagem, limpeza, higienização ou conservação de veículos automotores, máquinas ou equipamentos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.20.2. Considerando que a presente licitação será realizada por item, a exigência de comprovação de quantitativo mínimo ficará restrita aos itens considerados como **parcelas de valor significativo do objeto**, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, assim compreendidas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, admitida a exigência de quantitativo mínimo proporcional, limitado a até 50% da respectiva parcela.

13.20.3. Para fins de cálculo, considerando o valor total estimado da contratação de R\$ 570.374,42, o percentual de 4% corresponde a R\$ 22.814,98. Assim, somente os itens cujo valor total estimado seja igual ou superior a esse montante estarão sujeitos à comprovação de quantitativo mínimo específico.

13.20.4. Ressalta-se que os valores constantes da tabela abaixo possuem finalidade exclusiva de demonstrar o enquadramento dos itens como parcelas de valor significativo, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, não constituindo critério de comprovação financeira. A comprovação da capacidade técnico-operacional será aferida pela quantidade de serviços anteriormente executados, indicada na coluna quantitativo mínimo exigível no atestado, em número de serviços executados, devendo o atestado demonstrar a execução de serviços compatíveis com o item disputado.

Item	Objeto	Quantidade estimada	Valor total estimado	Quantitativo mínimo exigível no atestado, em número de serviços executados
29	Lavagem Simples Veículos Leves	455	R\$ 34.893,95	227 serviços
30	Lavagem Simples Camionete	1.030	R\$ 94.296,50	515 serviços
32	Lavagem Completa Ônibus	156	R\$ 51.400,44	78 serviços
34	Lavagem Completa Camionete	341	R\$ 36.374,47	170 serviços

35	Lavagem Completa Micro-ônibus	156	R\$ 36.641,28	78 serviços
40	Lavagem Simples Van	140	R\$ 25.200,00	70 serviços
55	Lavagem Simples Micro-ônibus	220	R\$ 35.787,40	110 serviços
56	Lavagem Simples Ônibus	205	R\$ 29.315,00	102 serviços

13.20.5. A licitante deverá comprovar o quantitativo mínimo exclusivamente em relação ao item para o qual apresentar proposta e vier a ser convocada para habilitação, não sendo exigida comprovação global referente ao somatório de todos os itens da contratação.

13.20.6. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os documentos apresentados se refiram a serviços compatíveis com o item disputado e permitam aferir, de forma objetiva, a experiência anterior da licitante.

13.20.7. O mesmo atestado poderá ser utilizado para comprovação de mais de um item, desde que contenha informações suficientes para demonstrar a compatibilidade técnica dos serviços executados e o atendimento ao quantitativo mínimo exigido para cada item.

13.20.8. Não será exigida comprovação de experiência anterior com tipo, marca, modelo, categoria, porte ou espécie de veículo rigorosamente idêntica à do item licitado, bastando que o atestado demonstre compatibilidade técnica e operacional com serviços de lavagem, limpeza, higienização ou conservação de veículos automotores, máquinas ou equipamentos.

13.20.9. Para os itens não relacionados na tabela acima, não será exigida comprovação de quantitativo mínimo específico, sem prejuízo da necessidade de demonstração de aptidão técnica compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado que evidencie a execução anterior de serviços de lavagem, limpeza, higienização ou conservação de veículos automotores, máquinas ou equipamentos.

13.20.10. Os atestados deverão conter, preferencialmente, a identificação da pessoa jurídica emitente, descrição dos serviços executados, quantitativos, período de execução, identificação do responsável pela emissão, cargo ou função, assinatura e dados de contato, de modo a permitir a verificação de sua autenticidade pela Administração.

13.20.11. A Administração poderá realizar diligências para confirmar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de serviço, requisições, relatórios de execução ou outros documentos idôneos que comprovem a efetiva prestação dos serviços declarados.

13.20.12. A exigência de qualificação técnica prevista neste item guarda proporcionalidade com a natureza, a dimensão e a forma de execução do objeto, limitando-se às parcelas de valor significativo da contratação, sem impor exigências excessivas ou restringir indevidamente a competitividade, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **13.21. Da Qualificação Econômica e Financeira:**

**a)** Certidão Negativa de **Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

**b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

**b.1)** no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

**c)** O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

- c1** - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.  
**c2** - Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.  
**c3** - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

**LC**= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1

**LG**= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

**SG**= Solvência Geral – igual ou superior a 1

**d)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

**e)** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado **da parcela pertinente**.

**f)** Em caso de participação da empresa **FILIAL** na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a **MATRIZ**: deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da **MATRIZ**.

#### **13.22. Das Declarações:**

**a) Termo de Compromisso** (declaração conjunta) (Anexo IV).

13.22.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

**a)** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

**b)** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

**c)** Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

#### **13.23. Da Aceitabilidade da Documentação de Habilitação**

13.23.1. Os documentos enviados através da plataforma onde ocorrerá a licitação serão aceitos nos seguintes formatos, sendo de inteira responsabilidade da licitante a devida atenção ao formato no momento do envio:

13.23.1.1. **Formatos: ZIP, 7zip e rar (compactados), .rtf, .doc, .docx (MS Office), .xls e .xlsx. e .PDF (preferencialmente).**

13.23.2. Documentos não exigidos neste instrumento convocatório não serão verificados, bem como não serão utilizados para habilitação ou inabilitação do licitante.

13.22.3. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

### **14. DOS RECURSOS**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em tempo destinado ao ato, na plataforma onde ocorre a licitação, no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico no Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em [https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao\\_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33](https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmllicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33).

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

15.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 15.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

15.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente no endereço eletrônico: [supel@jaru.ro.gov.br](mailto:supel@jaru.ro.gov.br), no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O (a) PREGOEIRO (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 07h30min às 11h30min, ou 13h30min às 17:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da Superintendência de Licitações e Contratos, da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – RO, localizada na Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 setor 02, ou pelo telefone (69) 9349-4710, para maiores esclarecimentos.

17.11. Outras informações inerentes ao objeto desta licitação poderão ser obtidas junto a Secretaria solicitante no mesmo expediente.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, acessível em <https://doe.jaru.ro.gov.br/>, Site Oficial do Município, acessível em <http://www.jaru.ro.gov.br/> e Portal da Transparência, acessível em [https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao\\_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33\\_se for o caso](https://transparencia.jaru.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=950b1d8579053b88a7ddd44709f2ca33_se%20for%20o%20caso).

## 18. DO FORO

18.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da COMARCA DE JARU/RO, considerado aquele a que está vinculada a Administração Municipal e ao (a) PREGOEIRO (a), excluindo-se quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Jaru – RO, 01 de julho de 2026.

**Willian Sales Silva**  
**PREGOEIRO (A)**

**Elaborado por:** Amanda Lorraine Gomes Mourão do Prado  
Assessor (a) de Expediente de Licitações

**ANEXO I  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU  
TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

**Registro de preços** visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, pertencentes a Prefeitura Municipal de Jaru/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	006.005.003	LAVAGEM COMPLETA - MOTOCICLETA Limpeza inferior, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, pneus, aros, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	88,00	SVC	27,67	2.434,96
2	006.005.010	LAVAGEM COMPLETA - VAN Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	29,00	SVC	158,19	4.587,51
3	006.005.015	LAVAGEM COMPLETA - PÁ CARREGADEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	40,00	SVC	344,33	13.773,20
4	006.005.016	LAVAGEM COMPLETA - RETRO ESCAVADEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, embuchamentos, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	40,00	SVC	316,63	12.665,20
5	006.005.018	LAVAGEM COMPLETA - MOTO NIVELADORA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, embuchamentos, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	40,00	SVC	435,95	17.438,00
6	006.005.019	LAVAGEM COMPLETA - TRATOR DE PNEUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	30,00	SVC	185,10	5.553,00
7	006.005.032	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	13,00	SVC	194,87	2.533,31
8	006.005.034	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CARROCERIA TOCO Lavagem na parte interna e externa do veículo,	13,00	SVC	183,00	2.379,00

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.				
9	006.005.036	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO PIPA TOCO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	6,00	SVC	222,61	1.335,66
10	006.005.037	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CARROCERIA 3/4 Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	20,00	SVC	241,80	4.836,00
11	006.005.038	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CAÇAMBA TOCO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	249,37	2.493,70
12	006.005.039	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARROCERIA TRUCK Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	30,00	SVC	222,98	6.689,40
13	006.005.040	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARROCERIA TOCO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	280,00	2.800,00
14	006.005.041	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO PIPA TRUCK Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	30,00	SVC	189,78	5.693,40
15	006.005.042	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO PIPA TOCO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados	10,00	SVC	179,06	1.790,60

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
16	006.005.043	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARROCERIA 3/4 Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	238,31	2.383,10
17	006.005.055	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRUCK Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	217,40	2.174,00
18	006.005.058	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO 3/4 COM CESTO AEREO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	190,76	1.907,60
19	006.005.060	LAVAGEM COMPLETA DE ROLO COMPACTADOR Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	248,14	2.481,40
20	006.005.061	LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHÃO 3/4 BAÚ Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	20,00	SVC	226,47	4.529,40
21	006.005.062	LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHÃO 3/4 COM CESTO AEREO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	10,00	SVC	188,00	1.880,00
22	006.005.063	LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHÃO TRUCK COM TANQUE (BURRO PRETO) Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	10,00	SVC	241,38	2.413,80
23	006.005.071	LAVAGEM COMPLETA - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas,	15,00	SVC	336,31	5.044,65

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.				
24	006.005.077	LAVAGEM COMPLETA - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	6,00	SVC	376,67	2.260,02
25	006.005.079	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO 3/4 TIPO COMBOIO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	192,70	1.927,00
26	006.005.080	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHONETE EQUIPADA COM CESTO AÉREO. Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	169,00	1.690,00
27	006.005.081	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO 3/4 EQUIPADO COM CABINE SUPLEMENTAR Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	192,38	3.847,60
28	006.005.082	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	284,43	2.844,30
29	006.005.088	LAVAGEM SIMPLES - VEÍCULOS LEVES Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	455,00	SVC	76,69	34.893,95
30	006.005.089	LAVAGEM SIMPLES - CAMIONETE Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável,	1.030,00	SVC	91,55	94.296,50

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.				
31	006.005.090	LAVAGEM SIMPLES - AMBULÂNCIA Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	130,00	SVC	118,33	15.382,90
32	006.005.091	LAVAGEM COMPLETA - ÔNIBUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	156,00	SVC	329,49	51.400,44
33	006.005.092	LAVAGEM COMPLETA - VEÍCULOS LEVES Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	223,00	SVC	76,98	17.166,54
34	006.005.093	LAVAGEM COMPLETA - CAMIONETE Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	341,00	SVC	106,67	36.374,47
35	006.005.094	LAVAGEM COMPLETA - MICRO-ÔNIBUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	156,00	SVC	234,88	36.641,28
36	006.005.095	LAVAGEM COMPLETA - AMBULÂNCIA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	6,00	SVC	216,63	1.299,78
37	006.005.097	LAVAGEM COMPLETA - PAVIMENTADORA SOBRE ESTEIRAS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	5,00	SVC	467,42	2.337,10
38	006.005.098	LAVAGEM SIMPLES - ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se shampoo neutro e biodegradável,	10,00	SVC	196,49	1.964,90

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.				
39	006.005.100	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO CARGO Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	7,00	SVC	216,33	1.514,31
40	006.005.101	LAVAGEM SIMPLES - VAN Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	140,00	SVC	180,00	25.200,00
41	006.005.102	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO CARGO Serviço De Lavagem Completa De Caminhão Cargo Cabine Estendida Limpeza Inferior, Externa, Interna, Secagem E Acabamento, Sopragem, Aspiração Geral, Lavagem Do Motor, Chassi, Para-Lamas, Embuchamentos, Entre portas, Para Choques, Pneus, Aros, Telas, Faróis E Bancos, Onde For Possível O Alcance Dos Pontos Desejados.	3,00	SVC	323,94	971,82
42	006.005.103	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO 3/4 BAÚ Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	12,00	SVC	255,98	3.071,76
43	006.005.104	LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO TRUCK COM TANQUE Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	5,00	SVC	215,37	1.076,85
44	006.005.105	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO EQUIPADO COM ESPARGEDOR Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	414,75	8.295,00
45	006.005.106	LAVAGEM COMPLETA - ROLO AUTO-PROPULSOR COM PNEUS Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	6,00	SVC	411,50	2.469,00
46	006.005.107	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO BAÚ Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura,	7,00	SVC	220,91	1.546,37

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.				
47	006.005.108	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO BAÚ Serviço De Lavagem Completa De Caminhão BAÚ, Limpeza Inferior, Externa, Interna, Secagem E Acabamento, Sopragem, Aspiração Geral, Lavagem Do Motor, Chassi, Para-Lamas, Embuchamentos, Entre portas, Para Choques, Pneus, Aros, Telas, Faróis E Bancos, Onde For Possível O Alcance Dos Pontos Desejados..	3,00	SVC	334,18	1.002,54
48	006.005.112	LAVAGEM COMPLETA -MINICARREGADEIRA (BOBCAT) Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	261,58	2.615,80
49	006.005.113	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	469,80	4.698,00
50	006.005.114	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO MUNCK COM PLATARFORMA FIXA COM RAMPA DE ACESSO Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	10,00	SVC	483,33	4.833,30
51	006.005.116	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO BETONEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	483,47	9.669,40
52	006.005.117	LAVAGEM SIMPLES - CAMINHÃO BETONEIRA AUTOPROPELIDA E AUTOCARREGÁVEL Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados.	20,00	SVC	540,00	10.800,00
53	006.005.118	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO BASCULANTE Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for	20,00	SVC	341,54	6.830,80

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		possível o alcance dos pontos desejados.				
54	006.005.119	LAVAGEM COMPLETA - CAMINHÃO VARREDEIRA Limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral, lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados.	20,00	SVC	326,67	6.533,40
55	006.005.120	LAVAGEM SIMPLES MICRO-ÔNIBUS Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. e limpeza nos bancos.	220,00	SVC	162,67	35.787,40
56	006.005.121	LAVAGEM SIMPLES - ÔNIBUS Lavagem na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. e limpeza nos bancos.	205,00	SVC	143,00	29.315,00
<b>Valor Total: R\$ 570.374,42</b>						

Os quantitativos constantes acima são meramente estimativos, não implicam em obrigatoriedade de contratação pela Administração, não podendo ser exigidos nem considerados como referência para pagamento, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas com referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

## 2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custo com a CONTRATAÇÃO do presente SERVIÇO é de **R\$ 570.374,42 (quinhentos e setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)**, conforme se extrai da pesquisa de mercado realizada através do Banco de Preços.

### 2.2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar de Registro de Preços, a pretendida CONTRATAÇÃO visa atender as demandas das Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses.

No entanto, a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 84, preconiza que o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a lavagem, limpeza, higienização e conservação da frota oficial utilizada pelas Secretarias Municipais participantes, abrangendo veículos leves, camionetes, caminhonetes, caminhões, micro-ônibus, motocicletas, máquinas pesadas e demais equipamentos automotores empregados nas atividades administrativas, operacionais e finalísticas da Administração Municipal. A frota atende demandas essenciais da SEMINSP, SEMUSA, SEMAFO, SEMED, SEMPLACIDE, SEMECALT, SEMDES, SEGAP e SEMEAGRO, sendo utilizada em deslocamentos institucionais, transporte de servidores, usuários dos serviços públicos, pacientes, equipes técnicas, materiais, insumos, manutenção urbana, ações de saúde, educação, assistência social, trânsito, meio ambiente, agronegócio, esporte, cultura, lazer e demais atividades de interesse público.

A execução periódica dos serviços de lavagem e higienização constitui medida de manutenção preventiva e conservação patrimonial, contribuindo para a preservação da pintura, lataria, vidros, borrachas, estofados, plásticos, componentes internos e externos, além de reduzir o desgaste causado por poeira, lama, resíduos orgânicos, poluentes, tintas, graxas,

resíduos de asfalto e demais agentes presentes nas rotinas de uso urbano, rural e operacional. A ausência desses serviços pode ocasionar acúmulo de sujeira, deterioração precoce, aumento de custos com manutenção corretiva, prejuízo à durabilidade dos veículos e comprometimento da adequada apresentação institucional da frota pública.

A contratação também se mostra necessária sob a ótica da saúde, segurança, salubridade e conforto dos servidores, usuários e demais pessoas transportadas, especialmente nos veículos utilizados em serviços de saúde, assistência social, transporte institucional, atividades educacionais e deslocamentos operacionais. No caso da saúde, a higienização adequada é ainda mais relevante, considerando o transporte de pacientes, equipes e insumos, o que exige cuidados adicionais para reduzir riscos de contaminação e manter condições sanitárias apropriadas. Nas demais Secretarias, a limpeza regular contribui para melhores condições de uso, bom manuseio, organização, conservação e continuidade das atividades públicas.

Ressalta-se, ainda, que a execução direta desses serviços demandaria local apropriado, equipamentos, produtos específicos, mão de obra disponível e estrutura operacional própria, o que poderia gerar custos adicionais, desvio de função de servidores e perda de eficiência administrativa. Assim, a contratação de empresa especializada revela-se medida mais adequada e vantajosa, pois permite a prestação dos serviços com regularidade, padronização, qualidade, uso de técnicas apropriadas e observância às normas sanitárias e ambientais aplicáveis, permitindo que as Secretarias concentrem seus recursos humanos e materiais nas atividades institucionais que lhes são próprias.

Dessa forma, a contratação dos serviços de lavagem, limpeza e higienização da frota oficial mostra-se necessária, adequada e proporcional ao atendimento das demandas da Administração Municipal, contribuindo para a preservação do patrimônio público, a redução de custos com manutenção, a melhoria das condições de trabalho, a segurança dos usuários, a boa apresentação institucional e a continuidade dos serviços públicos prestados à população, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, planejamento e interesse público.

### 3.1. ÓRGÃO PARTICIPANTE

- Secretaria Municipal De Infraestrutura E Serviços Públicos - SEMINSP
- Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA
- Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento - SEMAFO
- Secretaria Municipal de educação - SEMED
- Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico - SEMPLACIDE
- Secretaria Municipal de Esporte Cultura Lazer e Turismo - SEMECEL
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES
- Secretaria de Gabinete do Prefeito - SEGAP
- Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO

### 3.2. DAS ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS

#### • SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMINSP

O quantitativo baseia-se na quantidade de veículos pertencentes a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, sendo uma extensa Frota Municipal de veículos, maquinários e caminhões, que são de responsabilidade dessa unidade, e são usados em serviços realizados no município de Jaru e seus referidos distritos.

Considerando a relação abaixo de Notas de Empenhos dos exercícios anteriores:

#### Exercício 2023

[Anexo Empenhos 2023 de 19/01/2024 \(ID 2096266\)](#)

#### Exercício 2024

[NE - Nota de Empenho N° 2897 de 31/03/2026 \(ID 3882343\)](#)

#### Exercício 2025

[NE - Nota de Empenho N° 91 de 31/03/2026 \(ID 3882337\)](#)

[NE - Nota de Empenho N° 1760 de 31/03/2026 \(ID 3882348\)](#)

[NE - Nota de Empenho N° 3662 de 31/03/2026 \(ID 3882353\)](#)

Por essa razão, o quantitativo deste documento é superior, em decorrência do crescimento da frota municipal de Jaru, que adquiriu novos maquinários e veículos. Além disso, o município encontra-se com processo de registro de preços em andamento para a aquisição de novos tipos de caminhões e máquinas, destinados à execução dos serviços públicos. Dessa forma, justifica-se o quantitativo solicitado.

Segue em anexo, veículos pertencentes a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos:

[Anexo Relação de Veículos - SEMINSP de 07/01/2026 \(ID 3686947\)](#)

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA**

A presente estimativa tem por objetivo subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA.

Os quantitativos foram definidos com base no uso contínuo da frota, na necessidade de manutenção preventiva e nas exigências de higiene, especialmente para veículos utilizados no transporte de pacientes e equipes de saúde.

O total estimado é de 731 serviços, sendo 625 referentes à lavagem simples e 106 à lavagem completa. A predominância de lavagens simples decorre de sua natureza rotineira, enquanto as lavagens completas atendem a demandas periódicas e específicas.

Dessa forma, os quantitativos mostram-se adequados para assegurar a conservação da frota, a continuidade dos serviços públicos e o atendimento às normas sanitárias vigentes.

Considerações utilizadas para chegar ao quantitativo solicitado:

[Relatório De Veículos de 08/04/2026 \(ID 3901814\)](#)

[Ata 048 de 12/06/2025 \(ID 3213512\)](#)

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO - SEMAFO**

**Tabela de Lavagens Simples - CAMIONETE ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
GABINETE DO SECRETÁRIO	HILUX	01	25
DEPARTAMENTO DE RECEITA MUNICIPAL	HILUX	01	20
TOTAL:			45

**Tabela de Lavagens Simples - VEÍCULOS LEVES ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
Receita Municipal	SANDERO	01	6
Obras e Posturas	SANDERO	01	6
Patrimônio	GOL	01	6
Cadastro Imobiliário	MOBI	01	6
Cadastro Imobiliário	STRADA	01	6
TOTAL:			30

**Tabela de Lavagens Completas - CAMIONETE ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
Gabinete do Secretário	Hilux	01	2
DEPARTAMENTO DE RECEITA MUNICIPAL	HILUX	01	2
TOTAL:			4

**Tabela de Lavagens Completas - VEÍCULOS LEVES ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
Receita Municipal	SANDERO	01	1
Obras e Posturas	SANDERO	01	1
Patrimônio	GOL	01	1
Cadastro Imobiliário	MOBI	01	1

Cadastro Imobiliario	STRADA	01	1
TOTAL:			5

**Tabela de Lavagens Completas - MOTOCICLETA ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens COMPLETAS (12 meses)
Departamento de Receita Municipal	BROS	02	3
Cadastro Imobiliario	BROS	01	1
PROAMPE	BIZ 125	01	1
TOTAL:			5

[Relatório de veículos SEMAFO de 25/06/2026 \(ID 4082372\)](#)

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**

O quantitativo solicitado foi baseado na quantidade de veículos pertence à frota da SEMED. Sendo assim segue memoria de cálculo baseado na quantidade de veículos.

Levantamento de frota X Lavagem mensal + Margem de Segurança						
Porte Do Veículo	Quantidade De Veículos	Quantidade De Lavagens/Mês	Quantidade Anual	Quantidade Anual Todos Os Veículos	Margem De Segurança (10%)	Quantidade Total
Camionete Simples	9	1	12	108	10,8	119
Camionete Completa	9	0,125	1,5	13,5	1,35	15
Van Simples	1	0,75	9	9	0,9	10
Caminhão Cargo Simples	2	0,25	3	6	0,6	7
Caminhão Baú Simples	1	0,5	6	6	0,6	7

As caminhonetes são normalmente lavadas 01 vez ao mês (lavagem simples), sendo que em alguns caso pode ocorrer a necessidade de mais de uma lavagem, a depender da utilização e dos locais em que são utilizadas. Portanto foi utilizado uma margem de segurança, pois trata-se dos veículos mais utilizados pela SEMED. As lavagens completas não são utilizadas com tanta frequência, no entanto a depender da condição do veículo ela se faz necessária:

**FROTA**

**DA**

**SEMED:**

VEÍCULO	PLACA	DEPARTAMENTO
HILLUX	UAJ-3A17	SEMED - GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A)
	QTB-8G85	
	QTB-8175	
	QTF-5B69	DTE - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
	QRA-7429	DMCPE - DEPART. MANUT. CONSER. DE PRÉDIOS E ESCOLAS
	NCX-5158	
	QTD-3G45	DTS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA SEMED
	QTD-7A14	
S-10	RUR-5F91	SEMED - GABINETE DO(A) SECRETÁRIO(A)
VAN	RSW-6C47	DTS - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA SEMED
FORD CARGO	QTH-2690	DMCPE - DEPART. MANUT. CONSER. DE PRÉDIOS E ESCOLAS
	AQUISIÇÃO EM TRÂMITE	

BAÚ	RUK-6E50	
-----	----------	--

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEMPLACIDE**

**Tabela de Lavagens Simples - CAMIONETE ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
DEPTO. MUNICIPAL DE TRÂNSITO	L-200	01	24
DEPTO. MUNICIPAL DE TRÂNSITO	HILUX	01	24
DEPTO DE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO MUNICIPAL	HILUX	01	24
<b>TOTAL:</b>			<b>72</b>

**Tabela de Lavagens Completas - CAMIONETE ao Longo de 12 Meses:**

DEPARTAMENTO	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
DEPTO. MUNICIPAL DE TRÂNSITO	HILUX	01	02
DEPTO DE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO MUNICIPAL	HILUX	01	02
<b>TOTAL:</b>			<b>04</b>

[Relatório de Veículos - Semplacide de 19/06/2026 \(ID 4072633\)](#)

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA LAZER E TURISMO - SEMECALT**

Para a definição dos quantitativos, considerou-se a frota atualmente sob responsabilidade desta Secretaria, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 1 Frota de Veículos**

Item	Tipo de Veículo	Quantidade
1	Camionete	02
2	Veículo leve	01
<b>Total</b>		<b>03</b>

A estimativa foi elaborada com base na necessidade de manter os veículos em condições adequadas de conservação, higiene e uso contínuo nas atividades institucionais.

Dessa forma, adotaram-se os seguintes parâmetros:

- **Lavagem simples:** estimada em **02 (duas) lavagens mensais por veículo**, considerando o uso frequente e a exposição a poeira, lama e demais sujidades decorrentes das atividades operacionais;
- **Lavagem completa:** estimada em **01 (uma) lavagem a cada 03 (três) meses por veículo**, visando uma limpeza mais detalhada, incluindo partes internas, inferiores e componentes de difícil acesso;
- Aplicação de **margem de segurança de 20% (vinte por cento)** sobre os quantitativos, considerando a possibilidade de ampliação da frota e variações na demanda ao longo da vigência contratual.

**Quadro 2 Estimativa de Serviços por Veículo com Margem de Segurança**

Item	Tipo de Veículo	Tipo de Lavagem	Qtde Base Anual (por veículo)	Acréscimo (20%)	Qtde Total por Veículo	Qtde de Veículos	Qtde Total Geral	Und.
1	Camionete	Simples	24	5	29	02	58	SVC
2	Camionete	Completa	4	1	5	02	10	SVC
3	Veículo leve	Simples	24	5	29	01	29	SVC
4	Veículo leve	Completa	4	1	5	01	5	SVC

**Justificativa técnica:**

A metodologia adotada parte do consumo estimado **individual por veículo**, posteriormente multiplicado pela quantidade da frota, garantindo maior precisão no dimensionamento da contratação.

A inclusão da margem de **20%** tem por finalidade:

- suprir eventual **incorporação de novos veículos**;
- atender variações na demanda decorrentes do uso intensivo;
- cobrir situações excepcionais, como deslocamentos em vias não pavimentadas, períodos chuvosos e eventos institucionais.

Tal abordagem assegura a **continuidade dos serviços, economicidade e eficiência administrativa**, evitando insuficiência contratual e reduzindo a necessidade de futuras alterações contratuais.

#### • **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES**

A estimativa dos quantitativos a serem contratados foi definida com base em levantamento histórico de consumo e na análise das contratações anteriores realizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES, especialmente aquelas relacionadas à prestação de serviços de lavagem da frota oficial.

Para a construção da demanda estimada, foram utilizados como referência os seguintes processos administrativos pretéritos:

- Processo nº 1484/2025
- Processo nº 605/2024
- Processo nº 3904/2024
- Processo nº 7230/2024
- Processo nº 7291/2024
- Processo nº 763/2023
- Processo nº 787/2023
- Processo nº 2912/2022

A partir da análise desses processos, verificou-se o padrão recorrente de consumo, considerando o quantitativo de lavagens realizadas em micro-ônibus, veículos leves, motocicleta e camionetes, bem como a frequência necessária para garantir a adequada conservação, higienização e disponibilidade da frota utilizada nas atividades socioassistenciais.

Trata-se de despesa rotineira e continuada, cuja demanda apresenta comportamento previsível, permitindo a estimativa com base em séries históricas de consumo ao longo de exercícios anteriores. Assim, a quantidade estimada reflete a média de utilização observada, ajustada à realidade operacional atual da SEMDES e ao período de vigência pretendido da contratação.

As memórias de cálculo, bem como os documentos comprobatórios que subsidiam a presente estimativa, encontram-se juntados aos autos, em observância às boas práticas de planejamento e gestão pública.

Ressalta-se que a definição do quantitativo buscou garantir a adequação entre a real necessidade administrativa e o objeto contratado, evitando excessos que possam resultar em desperdício de recursos públicos, ao mesmo tempo em que assegura a continuidade dos serviços essenciais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

Dessa forma, o setor demandante demonstra, de maneira fundamentada, a necessidade da contratação e a razoabilidade dos quantitativos estimados, atendendo às exigências legais e administrativas aplicáveis.

Segue em anexo a relação dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES.

[Relação de Veículos da SEMDES de 10/04/2026 \(ID 3906535\)](#)

#### • **SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO - SEGAP**

A estimativa de quantitativo foi elaborada com base na frota de veículos atualmente vinculada à Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito - SEGAP, considerando o uso contínuo dos veículos em atividades institucionais, deslocamentos administrativos e atendimento às demandas operacionais dos departamentos vinculados.

Para fins de dimensionamento, foi adotado o parâmetro de 03 (três) lavagens simples e 01 (uma) lavagem completa mensal por veículo, padrão considerado tecnicamente adequado para garantir a conservação da frota, manutenção das condições de higiene, preservação da pintura e dos componentes, bem como adequada apresentação institucional dos veículos utilizados pela Administração Pública.

A frota atualmente atendida é composta por:

01 - Camionete; modelo SW4 - Gabinete do Prefeito;

01 - Camionete; modelo Hilux - Gabinete do Prefeito;

02 - Camionetes; modelo Hilux - Gabinete do Secretário;

01 - Veículo leve; modelo Palio - Gabinete do Secretário;

01 - Camionete; modelo Hilux - Departamento de Tecnologia Da Informação.

**Tabela de Lavagens Simples por Veículo ao Longo de 12 Meses:**

Setor	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Simples (12 meses)
Gabinete do Prefeito	SW4	01	36
Gabinete do Prefeito	Hilux	01	36
Gabinete do Secretário	Hilux	02	72
Departamento de Tecnologia da Informação	Hilux	01	36
Gabinete do Secretário	Palio	01	36
Margem operacional para atendimento de demandas excepcionais:			36

**Tabela de Lavagens Completas por Veículo ao Longo de 12 Meses:**

Setor	Modelo	Quantidade	Total de Lavagens Completas (12 meses)
Gabinete do Prefeito	SW4	01	12
Gabinete do Prefeito	Hilux	01	12
Gabinete do Secretário	Hilux	02	24
Departamento de Tecnologia da Informação	Hilux	01	12
Gabinete do Secretário	Palio	01	12
Margem operacional para atendimento de demandas excepcionais:			12

A definição do quantitativo considerou, ainda, as condições de uso dos veículos, que incluem circulação frequente em vias urbanas e, eventualmente, em estradas não pavimentadas, o que contribui para maior acúmulo de sujeira e exige periodicidade adequada de limpeza, sob pena de comprometimento da conservação dos bens públicos.

O quantitativo proposto mantém conformidade com o histórico de consumo da Secretaria, especialmente em relação ao último processo de contratação realizado, evidenciando que a necessidade permanece inalterada, ([ID 2088367](#)).

Adicionalmente, verifica-se a necessidade de previsão de margem operacional para atendimento de demandas excepcionais, especialmente em situações em que os veículos da frota são utilizados em atividades realizadas em áreas rurais ou locais de difícil acesso. Nessas circunstâncias, é comum o acúmulo acentuado de sujeira, lama, poeira e outros resíduos, exigindo a realização de lavagens adicionais além da frequência ordinariamente estabelecida. Tal previsão visa garantir a adequada conservação dos veículos, a manutenção das condições de higiene e segurança, bem como a continuidade das atividades institucionais, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados, atendendo aos princípios da eficiência e da boa gestão dos bens públicos.

Quanto ao Plano Anual de Contratações - PCA, registra-se que o objeto encontra-se previsto, porém com indicação de quantitativo correspondente a 01 (uma) unidade, o que não reflete a real necessidade administrativa. Tal divergência decorre de erro material no cadastramento da demanda, não representando o consumo efetivo nem a necessidade operacional da Secretaria, razão pela qual se faz necessária a devida adequação à realidade administrativa.

Dessa forma, o quantitativo estimado mostra-se tecnicamente justificado, proporcional e necessário para o adequado atendimento das demandas da Secretaria, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE - SEMEAGRO**

A estimativa dos quantitativos informados neste documento foi elaborada considerando a frota atualmente vinculada à SEMEAGRO, composta por veículos leves, camionetes, caminhão e máquinas utilizadas nas atividades administrativas,

operacionais, ambientais e de apoio ao setor produtivo rural, incluindo as ações desenvolvidas pelo Viveiro Municipal, Feirão do Produtor, Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e demais unidades vinculadas à Secretaria.

Os quantitativos estimados os serviços de lavagem foram definidos com base no histórico do processo de consumo dos exercícios anteriores e no atual processo 6-1762/2026, nas contratações precedentes realizadas por meio de Atas de Registro de Preços, na frequência de utilização dos veículos e equipamentos e na necessidade de manutenção periódica das condições de conservação da frota.

Ressalta-se que os veículos e máquinas da SEMEAGRO atuam constantemente em áreas urbanas e rurais, estradas vicinais, propriedades rurais, viveiros, feiras e atividades ambientais, estando sujeitos ao acúmulo de poeira, lama, resíduos orgânicos e outros agentes que aceleram o desgaste dos componentes mecânicos e estruturais. Dessa forma, a realização periódica dos serviços de lavagem constitui medida de manutenção preventiva indispensável à preservação do patrimônio público e à continuidade dos serviços prestados pela Secretaria.

Para fins de comprovação da memória de cálculo e robustecimento da justificativa da demanda, segue anexo relatório atualizado da frota da SEMEAGRO, contendo a identificação dos veículos, máquinas e equipamentos, bem como a respectiva quantidade sob responsabilidade desta Secretaria, os quais demandarão os serviços objeto da futura contratação.

<https://docs.google.com/document/d/1R9GRcwYVmEe9VQOKeCtZOJ-zNJ8x1cJ16wrSavPso4Y/edit?usp=sharing>

### 3.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) temos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação dos serviços demandados verificamos que estes:

1. são passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
2. possuem especificações usuais de mercado; e
3. possuem disponibilidade no mercado.

Logo, os serviços a serem contratados classificam-se como sendo comuns.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem simples, lavagem completa, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota oficial das Secretarias Municipais participantes, conforme a demanda de cada unidade administrativa. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange desde o planejamento da necessidade, definição dos tipos de veículos e serviços, emissão das solicitações conforme demanda, execução da lavagem e higienização, conferência da qualidade do serviço, atesto e acompanhamento pela fiscalização, até os efeitos decorrentes da adequada conservação da frota, como preservação da pintura, componentes internos e externos, redução de desgaste, prevenção de danos, melhoria das condições sanitárias e prolongamento da vida útil dos bens públicos. A contratação busca assegurar eficiência operacional, economicidade, preservação patrimonial, salubridade, segurança aos usuários e melhor apresentação institucional dos veículos utilizados na prestação dos serviços públicos municipais.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

Os serviços deverão ser executados com qualidade, regularidade e acabamento compatíveis com a finalidade contratada, utilizando produtos, equipamentos, técnicas e mão de obra adequados à lavagem, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos.

A lavagem simples deverá abranger a limpeza interna e externa do veículo ou equipamento, conforme a descrição do item requisitado, incluindo remoção de sujeiras aparentes, limpeza de pintura, vidros, pneus, aros, para-choques, entreportas e demais pontos acessíveis.

A lavagem completa deverá abranger, além dos elementos previstos para a lavagem simples, os procedimentos adicionais descritos no respectivo item, tais como limpeza inferior, aspiração, sopragem, acabamento, chassi, para-lamas, embuchamentos, bancos, motor e demais pontos acessíveis, sempre observadas as limitações técnicas de cada veículo, máquina ou equipamento.

A lavagem de motor, componentes elétricos, eletrônicos, sensores, módulos, painéis ou partes sensíveis deverá ser realizada com cautela técnica, somente quando cabível e de forma a não causar danos, infiltrações, curtos, mau funcionamento ou perda de garantia.

Não serão aceitos serviços executados de forma incompleta, com baixa qualidade aparente, uso de produtos inadequados, danos ao bem público, resíduos remanescentes incompatíveis com o tipo de lavagem requisitada ou divergência em relação à ordem de serviço.

## **5.2. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 133, de 2021.

## **5.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade dos serviços a serem prestados, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente.

# **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **6.1. FORMA DE ENTREGA**

A autorização de serviços, bem como a fiscalização dos serviços realizados, será liberada pelo secretário municipal da referida secretaria, através de requisições com a descrição dos devidos serviços, veículos, placa e valores constantes nas mesmas.

Os serviços deverão ser prestados sempre no local de funcionamento da Contratada, que deverá estar localizada no Município de Jaru/RO, em dias e horários previamente agendados, mediante a apresentação de requisição assinada por servidor responsável, especificando a placa do veículo e especificação do serviço.

Os veículos serão entregues e retirados na sede da contratada pelo fiscal ou servidor responsável que acompanhará a execução, juntamente a 1 via da requisição ou ordem de serviço, que deverá ser assinada pelo responsável da contratante e da contratada.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

A Fiscalização e aceitação do objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente do processo de licitação, através de servidores da Unidade Administrativa em questão, mediante indicação da Secretaria. Sendo que os serviços serão recebidos depois de conferidas às especificações, quantidades e qualidade dos mesmos.

Só será aceito o fornecimento de serviços que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

A prestação dos serviços será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou comissão de recebimento designada por cada secretaria, que irá relatar qualquer informação que se fizer necessária, após os serviços fornecido pela contratada.

Caso o serviço não seja realizado de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

O funcionário da contratante irá assinar a requisição e/ou ordem de fornecimento/serviço, para efeito de comprovação do mesmo.

## **6.2. DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO**

O prazo máximo para a empresa dar início e para concluir a execução dos serviços será de no máximo de 4 (quatro) horas corridas para lavagem simples e de 06 (seis) horas corridas para lavagem completa, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento/serviço, autorizadas e entregues pela secretaria.

Caso os serviços sejam recusados, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contados a partir do recebimento da notificação apresentada a contratada, sem quaisquer ônus para a Administração do município de Jaru/RO.

## **6.3. REGULARIDADE AMBIENTAL E ESTRUTURA DO LOCAL**

A contratada deverá manter estabelecimento ou base operacional regular, compatível com a prestação dos serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, observadas as normas municipais, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

Quando exigível pela legislação local ou ambiental, a contratada deverá apresentar alvará de funcionamento, licença ambiental, dispensa de licenciamento, autorização ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, compatível com a atividade de lavagem de veículos.

A contratada deverá adotar medidas adequadas para contenção, coleta, tratamento e destinação dos efluentes e resíduos gerados pela lavagem, especialmente água contaminada, lama, óleo, graxa, embalagens, produtos químicos e demais resíduos, vedado o lançamento irregular em vias públicas, rede pluvial, solo ou corpos hídricos.

Os produtos utilizados deverão ser compatíveis com a limpeza automotiva, preferencialmente neutros e biodegradáveis quando aplicável, não podendo causar danos à pintura, borrachas, vidros, estofados, componentes elétricos, mecânicos ou demais partes dos veículos, máquinas e equipamentos.

## **6.3. FISCALIZAÇÃO**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta aceita, na ata, no contrato e nas requisições ou ordens de serviço emitidas.

A fiscalização deverá conferir, conforme o caso, a identificação do veículo, máquina ou equipamento, placa ou número patrimonial, tipo de lavagem solicitada, horário de entrega e retirada, qualidade do serviço executado, integridade do bem, assinatura da requisição e conformidade com o valor registrado.

Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, quando executados em desconformidade com as especificações, de forma incompleta, com baixa qualidade, atraso injustificado, uso de produto inadequado, dano ao bem público ou divergência entre o serviço requisitado e o serviço efetivamente realizado.

Constatada irregularidade, a fiscalização comunicará formalmente a contratada, fixando prazo para correção, complementação ou refazimento do serviço, sem ônus adicional à Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços, danos causados aos veículos, máquinas, equipamentos, servidores, terceiros ou ao patrimônio público, nem pelo cumprimento das obrigações ambientais, trabalhistas, fiscais e contratuais.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra, ou outro instrumento hábil, conforme a legislação aplicável, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante.

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A duração dos possíveis futuros contratos oriundos da Ata de Registro de Preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

## **7.1. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**7.1.1.** A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**7.1.2.** As licitantes que dependam da análise do próprio corpo jurídico para efetuar a assinatura do contrato, deverão fazê-la até o prazo de impugnação do certame.

**7.1.3.** Para evitar morosidade no processo administrativo e seus eventuais prejuízos à contratante, não será admitida análise jurídica do contrato por parte da licitante vencedora dentro do prazo estabelecido no item 7.1.1 deste termo.

**7.1.4.** Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

**7.1.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeitará a empresa às penalidades legalmente previstas, conforme disposto no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **7.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

As ordens de serviço serão emitidas com a quantidade de horas necessárias e estipuladas pela Administração e de acordo com a necessidade, não podendo a contratada se negar a realizá-lo.

Na contagem das horas serão consideradas somente as de efetiva prestação dos serviços; o tempo despendido para deslocamento e/ou para remoção dos veículos do local onde se encontram até a sede da prestadora dos serviços, não será computado.

Quando não for possível o transporte do veículo até a sede da Contratada, este deverá disponibilizar funcionário para trabalhar no veículo na sede da Prefeitura.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

A execução do objeto será acompanhada/fiscalizada por Servidor designado pelo Ordenador de Despesas do órgão contratante, o qual terá, entre outras atribuições, poderes para gerir e fiscalizar o objeto da licitação, nos termos do Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021, além de auditar os valores, quantidades e especificações registradas nas Notas Fiscais/Faturas.

O Fiscal do Contrato pode paralisar qualquer entrega dos serviços que esteja sendo executada em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, bem como adotar as providências e exercer as competências da fiscalização previstas no Termo de Referência.

O Fiscal de Contrato poderá contar com a assessoria de servidor capacitado para identificar e analisar as especificações dos serviços fornecidos, mediante registro por escrito.

A CONTRATADA deverá observar que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não a eximirá de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A contratação da empresa vencedora não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contrata e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, alimentação, transporte, fornecimento de EPIs, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste documento.

A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alterações dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

As quantidades previstas no objeto são estimativas mínimas e máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO**

A Administração reserva o direito de exigir que os serviços a contratar sejam executados na sede urbana do Município de Jaru, para melhor acompanhamento e fiscalização, e não será permitida sua terceirização parcial ou num todo, e se dará de forma fracionada, conforme necessidade da administração, mediante a solicitação através requisição devidamente assinada pelo responsável pelo setor de manutenção.

Os serviços deverão ser prestados sempre no local de funcionamento da Contratada, em dias e horários previamente agendados, devendo este estar localizado no perímetro urbano do Município de Jaru/RO.

Os veículos serão entregues no local de funcionamento da contratada pelo Fiscal ou Servidor responsável juntamente com a 1ª via da requisição ou Ordem de Serviço, que deverá ser assinada pelo responsável da contratada e da contratante e conter a placa do veículo e discriminação do serviço a ser executado. A retirada do veículo após a conclusão do serviço também será feita por um Servidor responsável da contratante.

O prazo máximo para início e conclusão do serviço é de 4 (quatro) horas no caso de lavagem simples e de 6 (seis) horas no caso de lavagem completa, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento/serviço, devidamente autorizadas e entregues pela secretaria.

### **8.2. LIQUIDAÇÃO**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 8.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento.

A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.

Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.

Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Jaru/RO.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, e a forma de adjudicação será **POR ITEM**.

### 9.2. DA PREVISÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPATES

Nos itens cujos os valores estejam abaixo de R\$ 80.000 (oitenta mil reais), serão de participação exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar 123, e com Decreto Municipal 9.323.

Nos itens cujo os valores totais ultrapassem R\$ 80.000 (oitenta mil reais), o item apresentará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, até o limite de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) em conformidade com a Lei Complementar 123 e com a Notificação Recomendatória Circular Nº 078/2019/GPEPSO, do Tribunal de Contas do Estado.

No item em que há ampla concorrência, haverá critério de desempate nos termos do Art. 45, 3º, da Lei Complementar 123, onde a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Haverá PRIORIDADE de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, no Município de Jaru/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Ariquemes, Cacaulândia, Vale do Paraíso, Nova União e Mirante da Serra) nos termos dos incisos I e II, do § 2º, artigo 1º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, na forma do disposto nos artigos 47 e 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e artigo 9º do Decreto Municipal nº 9.323/GP/2016, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

### 9.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

**Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG) = capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente igual ou superior a

LG= Liquidez Geral igual ou superior a

SG= Solvência Geral igual ou superior a

Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Em caso de participação da empresa FILIAL na Licitação que possua o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como os índices consolidados com a MATRIZ: deverá ser apresentada DECLARAÇÃO de que os referidos documentos da empresa são conjuntos. No referido caso, os 10% (dez por cento) mencionados no tópico 13.21, alínea e), serão considerados os da MATRIZ.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A licitante deverá apresentar, para fins de qualificação técnico-operacional, no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, declaração ou certidão, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, em características, natureza e complexidade, abrangendo serviços de lavagem, limpeza, higienização ou conservação de veículos automotores, máquinas ou equipamentos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a presente licitação será realizada por item, a exigência de comprovação de quantitativo mínimo ficará restrita aos itens considerados como **parcelas de valor significativo do objeto**, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, assim compreendidas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, admitida a exigência de quantitativo mínimo proporcional, limitado a até 50% da respectiva parcela.

Para fins de cálculo, considerando o valor total estimado da contratação de R\$ 570.374,42, o percentual de 4% corresponde a R\$ 22.814,98. Assim, somente os itens cujo valor total estimado seja igual ou superior a esse montante estarão sujeitos à comprovação de quantitativo mínimo específico.

Ressalta-se que os valores constantes da tabela abaixo possuem finalidade exclusiva de demonstrar o enquadramento dos itens como parcelas de valor significativo, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, não constituindo critério

de comprovação financeira. A comprovação da capacidade técnico-operacional será aferida pela quantidade de serviços anteriormente executados, indicada na coluna quantitativo mínimo exigível no atestado, em número de serviços executados, devendo o atestado demonstrar a execução de serviços compatíveis com o item disputado.

Item	Objeto	Quantidade estimada	Valor total estimado	Quantitativo mínimo exigível no atestado, em número de serviços executados
29	Lavagem Simples Veículos Leves	455	R\$ 34.893,95	227 serviços
30	Lavagem Simples Camionete	1.030	R\$ 94.296,50	515 serviços
32	Lavagem Completa Ônibus	156	R\$ 51.400,44	78 serviços
34	Lavagem Completa Camionete	341	R\$ 36.374,47	170 serviços
35	Lavagem Completa Micro-ônibus	156	R\$ 36.641,28	78 serviços
40	Lavagem Simples Van	140	R\$ 25.200,00	70 serviços
55	Lavagem Simples Micro-ônibus	220	R\$ 35.787,40	110 serviços
56	Lavagem Simples Ônibus	205	R\$ 29.315,00	102 serviços

A licitante deverá comprovar o quantitativo mínimo exclusivamente em relação ao item para o qual apresentar proposta e vier a ser convocada para habilitação, não sendo exigida comprovação global referente ao somatório de todos os itens da contratação.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os documentos apresentados se refiram a serviços compatíveis com o item disputado e permitam aferir, de forma objetiva, a experiência anterior da licitante.

O mesmo atestado poderá ser utilizado para comprovação de mais de um item, desde que contenha informações suficientes para demonstrar a compatibilidade técnica dos serviços executados e o atendimento ao quantitativo mínimo exigido para cada item.

Não será exigida comprovação de experiência anterior com tipo, marca, modelo, categoria, porte ou espécie de veículo rigorosamente idêntica à do item licitado, bastando que o atestado demonstre compatibilidade técnica e operacional com serviços de lavagem, limpeza, higienização ou conservação de veículos automotores, máquinas ou equipamentos.

Para os itens não relacionados na tabela acima, não será exigida comprovação de quantitativo mínimo específico, sem prejuízo da necessidade de demonstração de aptidão técnica compatível com o objeto licitado, mediante apresentação de atestado que evidencie a execução anterior de serviços de lavagem, limpeza, higienização ou conservação de veículos automotores, máquinas ou equipamentos.

Os atestados deverão conter, preferencialmente, a identificação da pessoa jurídica emitente, descrição dos serviços executados, quantitativos, período de execução, identificação do responsável pela emissão, cargo ou função, assinatura e dados de contato, de modo a permitir a verificação de sua autenticidade pela Administração.

A Administração poderá realizar diligências para confirmar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de serviço, requisições, relatórios de execução ou outros documentos idôneos que comprovem a efetiva prestação dos serviços declarados.

A exigência de qualificação técnica prevista neste item guarda proporcionalidade com a natureza, a dimensão e a forma de execução do objeto, limitando-se às parcelas de valor significativo da contratação, sem impor exigências excessivas ou restringir indevidamente a competitividade, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da contratação do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

## 11. DEVERES DA CONTRATANTE

Compete à Contratante emitir as requisições, ordens de serviço ou instrumentos equivalentes necessários à execução dos serviços, indicando, no mínimo, a Secretaria solicitante, o veículo, máquina ou equipamento a ser atendido, a placa ou identificação equivalente, o tipo de lavagem solicitada, o valor correspondente e demais informações indispensáveis à correta execução do objeto.

A Contratante deverá disponibilizar os veículos, máquinas ou equipamentos à contratada em dia e horário previamente agendados, por meio de servidor responsável, que acompanhará a entrega e a retirada do bem após a conclusão do serviço, assinando a requisição ou ordem de serviço correspondente, juntamente com o representante da contratada.

Caberá à Contratante acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor ou comissão designada, verificando se a lavagem simples ou completa foi realizada conforme as especificações previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à limpeza interna, externa, inferior, acabamento, aspiração, lavagem de motor, chassi, pneus, aros, para-lamas, bancos e demais pontos aplicáveis ao tipo de serviço contratado.

A Contratante deverá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas, comunicando formalmente a contratada para que promova a correção, refazimento ou complementação do serviço no prazo estabelecido, sem ônus adicional à Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Compete à Contratante prestar as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços, bem como registrar eventuais ocorrências, falhas, atrasos, recusas ou desconformidades verificadas durante a execução contratual, adotando as providências administrativas cabíveis.

A Contratante deverá proceder ao recebimento provisório e definitivo dos serviços, quando aplicável, mediante conferência da qualidade, quantidade e conformidade do objeto executado, atestando a nota fiscal ou documento equivalente somente após a comprovação da efetiva prestação dos serviços.

A Contratante deverá efetuar o pagamento à contratada após o regular recebimento e atesto dos serviços executados, observadas as condições, prazos, retenções tributárias, regularidade fiscal e demais exigências previstas no Termo de Referência, no edital, no contrato e na legislação vigente.

A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução dos serviços, pelos danos causados à Administração ou a terceiros, ou por qualquer irregularidade decorrente de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos ou representantes.

## 12. DEVERES DA CONTRATADA

Compete à Contratada executar fielmente os serviços de lavagem simples, lavagem completa, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos, observando integralmente as especificações, quantidades, padrões de qualidade, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, no contrato e nas requisições ou ordens de serviço emitidas pela Contratante.

A Contratada deverá realizar os serviços no local indicado no instrumento convocatório, em dias e horários previamente agendados, recebendo os veículos, máquinas ou equipamentos mediante requisição ou ordem de serviço devidamente autorizada, contendo a identificação do bem, a placa quando houver, o tipo de serviço solicitado e demais informações necessárias à execução.

A Contratada deverá iniciar e concluir os serviços dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, especialmente o prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas para lavagem simples e de 06 (seis) horas corridas para lavagem completa, contados a partir da notificação por requisição ou ordem de serviço, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

Caso o serviço seja recusado pela fiscalização por desconformidade, falha, execução incompleta ou baixa qualidade, a Contratada deverá refazer, corrigir ou complementar o serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contado do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A Contratada deverá utilizar produtos, materiais, equipamentos e técnicas adequadas à execução dos serviços, observando, quando aplicável, o uso de shampoo neutro e biodegradável, bem como práticas compatíveis com a conservação dos veículos, máquinas e equipamentos, evitando danos à pintura, lataria, vidros, borrachas, estofados, componentes elétricos, mecânicos e demais partes dos bens públicos.

A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela mão de obra, equipamentos, produtos, insumos, EPIs, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados, prepostos ou representantes e a Administração Municipal.

A Contratada deverá responder por quaisquer danos causados aos veículos, máquinas, equipamentos, servidores, terceiros ou ao patrimônio público em razão da execução dos serviços, inclusive por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, obrigando-se a reparar integralmente os prejuízos causados.

A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, comunicando imediatamente à Contratante qualquer fato que possa comprometer a regular execução dos serviços ou o cumprimento das obrigações assumidas.

A Contratada deverá atender prontamente às solicitações da Contratante, prestar esclarecimentos sempre que solicitado, indicar preposto responsável pela execução contratual e manter canais oficiais de comunicação, incluindo e-mail e número de telefone ou aplicativo de mensagens, para recebimento de requisições, notificações e demais comunicações administrativas.

A Contratada deverá observar as normas ambientais, sanitárias, trabalhistas e de segurança aplicáveis à execução dos serviços, adotando práticas adequadas de uso racional de água, descarte de resíduos, manuseio de produtos químicos e prevenção de danos ambientais, quando couber.

É vedada à Contratada a subcontratação, terceirização, locação ou sublocação dos serviços, salvo se houver autorização expressa no instrumento convocatório, devendo a execução permanecer sob sua responsabilidade direta.

A Contratada deverá apresentar as notas fiscais ou documentos equivalentes correspondentes aos serviços efetivamente prestados, acompanhados dos documentos exigidos para liquidação e pagamento, respondendo pela veracidade das informações, quantidades, valores e serviços discriminados.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.6. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 13.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

#### **14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Será utilizado o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de contratação frequentes, conforme estatui o art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratação frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

#### **15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

#### **16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

##### **17.1 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **18. DO GESTOR, FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO**

Ocorrerá mediante abertura do processo filhote.

## **19. ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA**

Nas especificações deste Termo de Referência, foram extraídos os preços através de pesquisa realizada através do Banco de Preços.

## **20. DAS SOLUÇÕES ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

Em observância ao Mapa de Riscos da contratação, a Administração identificou os principais eventos capazes de comprometer a adequada execução do objeto e incorporou, no presente Termo de Referência e nos demais atos do processo, as medidas necessárias à sua mitigação. O tratamento dos riscos foi estruturado de forma compatível com a contratação voltada à prestação de serviços de lavagem simples, lavagem completa, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos utilizados pelas Secretarias Municipais participantes, abrangendo desde veículos leves e motocicletas até caminhões, ônibus, micro-ônibus e maquinário pesado, com a finalidade de assegurar conservação patrimonial, salubridade, boa apresentação institucional e continuidade dos serviços públicos.

Na fase de planejamento, o processo contemplou providências voltadas à redução dos riscos relacionados ao dimensionamento da demanda, à definição técnica do objeto e à padronização mínima dos serviços. O Termo de Referência já apresenta descrição individualizada dos tipos de lavagem por categoria de veículo e equipamento, com especificação dos pontos de limpeza abrangidos em cada modalidade, além de estimativas construídas a partir do histórico de contratações anteriores, da frota existente, do crescimento do número de veículos e da participação de diversas Secretarias. Também foram incorporadas justificativas técnicas quanto à necessidade de execução periódica dos serviços, à preservação da vida útil dos bens públicos, à prevenção de desgaste precoce e ao atendimento de condições adequadas de higiene e segurança, especialmente em veículos vinculados à saúde, à educação e às atividades operacionais do Município.

Na fase de seleção do fornecedor, foram previstas medidas destinadas a assegurar a escolha de empresa com estrutura operacional efetivamente compatível com a diversidade da frota municipal e com a execução local dos serviços. O Mapa de Riscos tratou expressamente dos riscos de baixa competitividade em razão da necessidade de atendimento no Município e da abrangência do objeto, de proposta inexecutável para serviços mais complexos, de insuficiência documental e de inconsistências entre os instrumentos da fase interna e externa. Em aderência a esse tratamento, o Termo de Referência passou a contemplar exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional, inclusive com critérios objetivos de comprovação para parcelas de maior relevância econômica, além de disciplina sobre análise da compatibilidade técnica dos serviços, vedação à subcontratação e necessidade de que a futura contratada disponha de condições para atender adequadamente veículos leves, pesados e equipamentos de maior porte.

Na execução contratual, o Termo de Referência já incorporou mecanismos de controle aptos a mitigar os riscos de atraso no agendamento e na realização das lavagens, execução incompleta ou em desacordo com o serviço requisitado, danos aos bens públicos durante a lavagem e uso de produtos inadequados. O instrumento prevê prestação dos serviços no local de funcionamento da contratada, situado no Município de Jaru/RO, mediante requisição formal contendo identificação do veículo, placa e tipo de serviço, com prazo máximo de até 4 horas corridas para lavagem simples e até 6 horas corridas para lavagem completa, bem como refazimento, correção ou complementação no prazo máximo de 24 horas quando houver recusa pela fiscalização. Também foram fixadas exigências quanto ao uso de produtos e técnicas adequadas, inclusive com previsão de xampu neutro e biodegradável quando aplicável, responsabilidade integral da contratada por danos causados aos veículos, máquinas e equipamentos e obrigação de manter equipe, materiais, insumos, EPIs e estrutura compatíveis com a execução do objeto.

Além disso, o processo tratou expressamente dos riscos relacionados ao controle das requisições, placas, ordens de serviço, conferência da execução, recebimento e pagamento, prevenindo medições inconsistentes e desembolso sem lastro em serviço efetivamente prestado. O Termo de Referência prevê acompanhamento por fiscal ou comissão designada, conferência da qualidade e da conformidade dos serviços executados, possibilidade de rejeição total ou parcial, assinatura das requisições e ordens de serviço pelos responsáveis da contratante e da contratada, registro das ocorrências e condicionamento do pagamento ao regular atesto da execução. Dessa forma, registra-se que os riscos mapeados para a presente contratação não foram apenas identificados, mas devidamente tratados por medidas preventivas, de controle e

de resposta já incorporadas ao Termo de Referência e ao processo administrativo, conferindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

## **21. QUAIS OBJETIVOS E AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CONTRATAÇÃO ESTÁ ALINHADA?**

A contratação dos materiais está alinhada com Gestão Transparente e Eficiente: Garantir uma gestão baseada em valores éticos, com planejamento e políticas integradas e articuladas, métodos e instrumentos eficazes e foco em resultados, assegurando uma efetiva participação da sociedade na construção, execução, monitoramento e avaliação das ações e dos projetos de governo.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas no objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas.

As partes contratantes elegem o foro de Jaru/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaru/RO, 29 de junho de 2026.

### **CHRYSTIAN BARBOSA FIGUEIREDO**

Secretário Municipal De Infraestrutura E Serviços Públicos

### **JAINE CORDEIRO BARBOZA**

Secretária Municipal de Saúde

### **IGOR BAPTISTA ZANOL**

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **CLEIDE GONÇALVES LEITE PRATES**

Secretária Municipal de Educação

### **EDILEUZA SOUZA SENA**

Secretária Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico

### **MARIA CLEUNICE DE LIMA LOPES**

Secretária Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo

### **LEIDIANE ALVES DA SILVA LIMA**

Secretária Municipal De Desenvolvimento Social

### **JOÃO PAULO MONTENEGRO DE SOUZA**

Secretário Municipal de Gabinete do Prefeito

### **CLEVERSON BARBOSA**

Secretário Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente

Elaborado por:

WALACE DEIVID ALVES ARCELINO

Assessor (a) de expediente de compras

**APÊNDICE DO ANEXO I  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU****Estudo Técnico Preliminar 170/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 1-6342/2026

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação decorre da necessidade de prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas das Secretarias Municipais participantes.

A demanda envolve lavagem simples e completa de veículos leves, caminhonetes, motocicletas, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores e demais equipamentos utilizados nas atividades diárias da Administração Municipal, abrangendo serviços urbanos, rurais, administrativos, educacionais, assistenciais, ambientais, de saúde, infraestrutura e apoio operacional.

Os veículos e equipamentos da frota municipal são utilizados de forma contínua em deslocamentos, transporte de servidores, atendimento à população, execução de obras e serviços públicos, manutenção de vias, apoio às unidades de saúde, escolas, atividades administrativas e demais ações desenvolvidas pelas Secretarias. Em razão desse uso frequente, há acúmulo de poeira, lama, resíduos, sujeira interna e externa, especialmente nos veículos e máquinas empregados em áreas rurais, estradas vicinais, frentes de serviço e atividades de campo.

A ausência de lavagem periódica pode comprometer a conservação dos bens públicos, acelerar o desgaste de componentes, dificultar a identificação de avarias, prejudicar a higiene interna dos veículos e reduzir as condições adequadas de uso pelos servidores. Além disso, a limpeza contribui para a preservação da pintura, vidros, estofados, borrachas, partes metálicas, carrocerias, chassis, motores e demais componentes sujeitos à ação de resíduos, umidade, barro e agentes corrosivos.

A contratação também se justifica pela necessidade de manter a frota em condições adequadas de apresentação, higiene e funcionamento, especialmente nos veículos utilizados no transporte de pacientes, alunos, servidores, equipes técnicas e no atendimento direto à população.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a conservação da frota municipal, prolongar a vida útil dos veículos, máquinas e equipamentos, garantir melhores condições de trabalho aos servidores, reduzir riscos de deterioração precoce e contribuir para a continuidade dos serviços públicos prestados pelas Secretarias Municipais participantes.

**3. Área requisitante**

<b>ÁreaRequisitante</b>	<b>Responsável</b>
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEMINSP	CHRYSTIAN BARBOSA FIGUEIREDO
Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA	JAINE CORDEIRO BARBOZA
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento - SEMAFO	IGOR BAPTISTA ZANOL
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	CLEIDE GONÇALVES LEITE PRATES

Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e

EDILEUZA SOUZA SENA

Desenvolvimento Econômico - SEMPLACIDE

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e

MARIA CLEUNICE DE LIMA LOPES

Turismo - SEMECEL

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES

LEIDIANE ALVES DA SILVA LIMA

Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito - SEGAP

JOÃO PAULO MONTENEGRO DE SOUZA

Secretaria Municipal de Agronegócio e

CLEBERSON BARBOSA

Meio Ambiente - SEMEAGRO

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá observar a necessidade de prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal, conforme especificações, quantitativos, unidades de medida e condições constantes nos documentos de planejamento da contratação.

Os serviços deverão contemplar lavagem simples e completa, conforme a natureza de cada item, abrangendo veículos leves, caminhonetes, motocicletas, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores e demais equipamentos utilizados pelas Secretarias Municipais participantes.

A contratada deverá executar os serviços com mão de obra qualificada, equipamentos adequados, produtos de limpeza apropriados, materiais de higienização, água, energia, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional à Administração.

As lavagens deverão ser realizadas de forma cuidadosa, observando a conservação da pintura, vidros, borrachas, estofados, carrocerias, chassis, rodas, pneus, partes internas e externas dos veículos e equipamentos, evitando danos, riscos, manchas, infiltrações ou prejuízos ao patrimônio público.

Nos casos de lavagem completa, deverão ser observados os serviços mínimos de limpeza externa, limpeza interna, aspiração, higienização de tapetes, painel, bancos, vidros, rodas, pneus e demais partes compatíveis com o tipo de veículo ou equipamento, conforme descrição do item contratado.

A execução deverá ocorrer mediante solicitação da Secretaria demandante, observando os prazos, locais, horários e condições estabelecidos no processo, de modo a não comprometer a rotina operacional da frota e a continuidade dos serviços públicos.

A contratada deverá possuir estrutura compatível com a execução dos serviços, inclusive espaço adequado, equipamentos de lavagem, sistema de escoamento, destinação ambientalmente correta dos resíduos e efluentes gerados, além de observar as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis à atividade.

Os serviços deverão ser recebidos mediante conferência da execução, verificação da qualidade da lavagem, integridade do veículo ou equipamento, ausência de danos, atendimento à solicitação emitida e compatibilidade com as especificações contratadas.

Os serviços executados em desconformidade, de forma incompleta, inadequada ou que causem danos aos veículos, máquinas ou equipamentos deverão ser refeitos ou corrigidos pela contratada, sem ônus adicional à Administração, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando cabível.

A contratada deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e regularidade exigidas, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços, segurança da execução, conservação dos bens públicos sob sua guarda e correção de eventuais falhas verificadas.

## 5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade apresentada, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado para prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal, abrangendo veículos leves, caminhonetes, motocicletas, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores e demais equipamentos utilizados pelas Secretarias Municipais participantes.

Entre as alternativas possíveis, verificam-se: manutenção da situação atual sem contratação específica, execução dos serviços pelas próprias Secretarias, aquisição de equipamentos e insumos para lavagem interna, contratação pontual de serviços avulsos ou contratação planejada de empresa especializada para execução das lavagens conforme a necessidade da Administração.

A manutenção da situação atual não se mostra adequada, considerando que a ausência de serviço regular de lavagem pode comprometer a conservação da frota, acelerar o desgaste dos veículos e equipamentos, prejudicar a higiene interna, dificultar a identificação de avarias e afetar as condições adequadas de uso pelos servidores e usuários dos serviços públicos.

A execução direta pelas próprias Secretarias também não se apresenta como solução mais eficiente, pois exigiria disponibilização de servidores, equipamentos, produtos de limpeza, espaço adequado, controle de resíduos e estrutura compatível com a lavagem de diferentes tipos de veículos e máquinas, o que poderia desviar equipes de suas atividades finalísticas e gerar dificuldades operacionais.

A aquisição de equipamentos e insumos para realização interna das lavagens, embora possível em tese, demandaria estrutura física apropriada, mão de obra específica, controle ambiental, manutenção dos equipamentos e gestão contínua dos materiais utilizados. Além disso, não atenderia com a mesma eficiência à diversidade da frota municipal, que envolve desde veículos leves até máquinas pesadas e equipamentos de maior porte.

A contratação pontual de serviços avulsos, sem planejamento consolidado, também não se mostra a alternativa mais adequada, pois pode gerar dificuldade de controle, variação de preços, ausência de padronização dos serviços e menor previsibilidade quanto ao atendimento das demandas das Secretarias.

O mercado dispõe de empresas aptas à prestação de serviços de lavagem automotiva, higienização veicular e limpeza de máquinas e equipamentos, com estrutura própria, mão de obra especializada, produtos adequados e capacidade para atendimento de diferentes tipos de veículos, conforme a natureza da demanda apresentada.

Considerando a diversidade da frota municipal, a contratação deve observar a segmentação dos serviços por tipo de veículo ou equipamento, contemplando lavagem simples e completa, de modo a permitir adequada precificação, execução proporcional ao porte do bem e melhor fiscalização dos serviços efetivamente prestados.

Também devem ser observados requisitos ambientais mínimos, especialmente quanto ao uso racional de água, destinação adequada de resíduos, óleos, graxas, lama, efluentes e demais materiais resultantes da lavagem, evitando descarte irregular e assegurando a execução dos serviços em condições compatíveis com a proteção ambiental.

Dessa forma, a alternativa mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, conforme a demanda das Secretarias participantes, permitindo maior padronização, controle, qualidade, conservação da frota municipal e continuidade das atividades administrativas e operacionais.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais participantes.

A contratação abrangerá serviços de lavagem simples e completa, conforme a natureza de cada item, contemplando veículos leves, caminhonetes, motocicletas, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores e demais equipamentos utilizados nas atividades administrativas, operacionais, urbanas, rurais, educacionais, assistenciais, ambientais, de saúde e infraestrutura.

Os serviços serão executados conforme solicitação das Secretarias, observando os quantitativos estimados, os tipos de veículos ou equipamentos, os prazos e as condições estabelecidas no processo, de modo a garantir a conservação, higiene, boa apresentação e adequada utilização da frota municipal.

A contratada deverá disponibilizar mão de obra, estrutura, equipamentos, produtos de limpeza, materiais de higienização e demais insumos necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade da lavagem, pela conservação dos veículos e pela correção de eventuais falhas ou danos decorrentes da execução inadequada.

A solução deverá assegurar atendimento compatível com a diversidade da frota municipal, permitindo a lavagem adequada de veículos de pequeno, médio e grande porte, bem como de máquinas e equipamentos utilizados em atividades de campo, estradas rurais, obras, serviços públicos e deslocamentos institucionais.

Dessa forma, a solução mostra-se adequada para preservar os bens públicos, prolongar a vida útil da frota, melhorar as condições de higiene e uso dos veículos, reduzir riscos de deterioração precoce e contribuir para a continuidade das atividades desempenhadas pelas Secretarias Municipais participantes.

#### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos foi consolidada a partir das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes, considerando a necessidade de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades administrativas, operacionais, urbanas, rurais, educacionais, assistenciais, ambientais, de saúde e infraestrutura.

Os quantitativos foram organizados por tipo de serviço, conforme tabela abaixo:

Item	Código	Descrição resumida	Und.	Qtde.
1	006.005.089	Lavagem simples - camionete	SVC	1.030
2	006.005.093	Lavagem completa - camionete	SVC	341
3	006.005.088	Lavagem simples - veículos leves	SVC	455
4	006.005.092	Lavagem completa - veículos leves	SVC	223
5	006.005.003	Lavagem completa - motocicleta	SVC	88
6	006.005.015	Lavagem completa - pá carregadeira	SVC	40
7	006.005.016	Lavagem completa - retroescavadeira	SVC	40
8	006.005.018	Lavagem completa - motoniveladora	SVC	40
9	006.005.019	Lavagem completa - trator de pneus	SVC	30
10	006.005.032	Lavagem simples - caminhão caçamba toco	SVC	13
11	006.005.034	Lavagem simples - caminhão carroceria toco	SVC	13
12	006.005.037	Lavagem simples - caminhão carroceria 3/4	SVC	20
13	006.005.038	Lavagem completa - caminhão caçamba toco	SVC	10
14	006.005.039	Lavagem completa - caminhão carroceria truck	SVC	30
15	006.005.040	Lavagem completa - caminhão carroceria toco	SVC	10
16	006.005.041	Lavagem completa - caminhão pipa truck	SVC	30
17	006.005.042	Lavagem completa - caminhão pipa toco	SVC	10
18	006.005.036	Lavagem simples - caminhão pipa toco	SVC	6
19	006.005.043	Lavagem completa - caminhão carroceria 3/4	SVC	10
20	006.005.055	Lavagem completa - caminhão caçamba truck	SVC	10
21	006.005.104	Lavagem completa - caminhão truck com tanque	SVC	5
22	006.005.103	Lavagem completa - caminhão 3/4 baú	SVC	12
23	006.005.058	Lavagem completa - caminhão 3/4 com cesto aéreo	SVC	10
24	006.005.060	Lavagem completa - rolo compactador	SVC	10
25	006.005.061	Lavagem simples - caminhão 3/4 baú	SVC	20
26	006.005.062	Lavagem simples - caminhão 3/4 com cesto aéreo	SVC	10
27	006.005.063	Lavagem simples - caminhão truck com tanque	SVC	10
28	006.005.071	Lavagem completa - escavadeira hidráulica sobre esteiras	SVC	15

29	006.005.097	Lavagem completa - pavimentadora sobre esteiras	SVC	5
30	006.005.105	Lavagem completa - caminhão equipado com espargidor	SVC	20
31	006.005.077	Lavagem completa - rolo compactador vibratório	SVC	6
32	006.005.098	Lavagem simples - rolo compactador vibratório	SVC	10
33	006.005.106	Lavagem completa - rolo autopropulsor com pneus	SVC	6
34	006.005.079	Lavagem completa - caminhão 3/4 tipo comboio	SVC	10
35	006.005.080	Lavagem completa - caminhonete com cesto aéreo	SVC	10
36	006.005.081	Lavagem completa - caminhão 3/4 com cabine suplementar	SVC	20
37	006.005.082	Lavagem completa - caminhão prancha para transporte de máquinas	SVC	10
38	006.005.112	Lavagem completa - minicarregadeira	SVC	10
39	006.005.113	Lavagem completa - caminhão com equipamento de demarcação viária	SVC	10
40	006.005.114	Lavagem completa - caminhão munck com plataforma fixa	SVC	10
41	006.005.010	Lavagem completa - van	SVC	29
42	006.005.101	Lavagem simples - van	SVC	140
43	006.005.116	Lavagem completa - caminhão betoneira	SVC	20
44	006.005.117	Lavagem simples - caminhão betoneira	SVC	20
45	006.005.118	Lavagem completa - caminhão basculante	SVC	20
46	006.005.119	Lavagem completa - caminhão varredeira	SVC	20
47	006.005.120	Lavagem simples - micro-ônibus	SVC	220
48	006.005.121	Lavagem simples - ônibus	SVC	205
49	006.005.090	Lavagem simples - ambulância	SVC	130
50	006.005.094	Lavagem completa - micro-ônibus	SVC	156
51	006.005.091	Lavagem completa - ônibus	SVC	156
52	006.005.095	Lavagem completa - ambulância	SVC	6
53	006.005.100	Lavagem simples - caminhão cargo	SVC	7
54	006.005.107	Lavagem simples - caminhão baú	SVC	7
55	006.005.102	Lavagem completa - caminhão cargo	SVC	3
56	006.005.108	Lavagem completa - caminhão baú	SVC	3

O quantitativo total estimado é de 3.810 serviços de lavagem.

Os quantitativos possuem natureza estimativa e foram definidos com base nas necessidades informadas pelas Secretarias participantes, considerando a quantidade de veículos, máquinas e equipamentos sob responsabilidade de cada unidade, bem como a frequência necessária para conservação, higiene e adequado uso da frota municipal.

Dessa forma, a estimativa mostra-se adequada para atender às demandas de lavagem da frota municipal, devendo a execução ocorrer conforme a necessidade efetiva da Administração e as solicitações emitidas pelas Secretarias demandantes.

#### 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 570.374,42**

De acordo com cotações realizadas pelo Departamento de Gestão de Preços, o valor total estimado da contratação é de R\$ 570.374,42 (Quinhentos e setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

#### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que a solução comporta parcelamento por itens, uma vez que a contratação envolve serviços de lavagem aplicáveis a diferentes tipos de veículos, máquinas e equipamentos, com portes, características, níveis de complexidade e custos distintos.

O parcelamento mostra-se adequado porque permite que os serviços sejam precificados conforme a natureza de cada item, distinguindo lavagem simples e completa, bem como veículos leves, caminhonetes, motocicletas, ambulâncias, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas pesadas e equipamentos específicos.

A divisão por itens favorece a competitividade e a economicidade, pois possibilita a participação de fornecedores conforme sua capacidade operacional, estrutura disponível e aptidão para atendimento de determinados tipos de veículos ou equipamentos, sem impor a obrigação de cotar serviços que eventualmente não façam parte de sua atuação habitual.

Ressalta-se que o parcelamento não compromete a execução da solução, pois cada serviço possui utilização autônoma e poderá ser solicitado conforme a necessidade de cada Secretaria, mediante controle individualizado da execução, recebimento e pagamento dos serviços efetivamente prestados.

Dessa forma, justifica-se o parcelamento da solução por itens, por ser a alternativa mais adequada para ampliar a competitividade, permitir melhor formação dos preços, facilitar a fiscalização e atender de forma eficiente às demandas de lavagem da frota municipal.

#### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações interdependentes indispensáveis à execução da presente solução, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, podendo ser executado de forma autônoma conforme as solicitações das Secretarias participantes.

A contratação possui finalidade própria, voltada à conservação, higienização e manutenção das condições adequadas de uso da frota, não dependendo da execução prévia ou simultânea de outro contrato para que os serviços sejam prestados.

Podem ser consideradas correlatas, conforme a necessidade administrativa, as contratações relacionadas à manutenção preventiva e corretiva da frota, fornecimento de peças, pneus, combustíveis, lubrificantes, filtros, serviços mecânicos, funilaria, pintura, rastreamento veicular e demais serviços voltados à conservação e operacionalização dos veículos e equipamentos públicos.

Contudo, tais contratações não condicionam a prestação dos serviços de lavagem, pois possuem objetos distintos e finalidades complementares, sendo a lavagem executada de forma independente, mediante demanda e controle individualizado pelas Secretarias.

Dessa forma, a presente contratação é autônoma quanto à execução dos serviços de lavagem, embora se relacione operacionalmente com as demais rotinas de conservação, manutenção e gestão da frota municipal.

#### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao planejamento operacional das Secretarias Municipais participantes, considerando que visa à prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades administrativas, operacionais, urbanas, rurais, educacionais, assistenciais, ambientais, de saúde e infraestrutura.

Após análise do Plano de Contratações Anual 2026, verifica-se que o documento contempla a necessidade de serviços de lavagem de veículos para diferentes unidades administrativas, com itens relacionados à lavagem simples e completa de veículos leves, caminhonetes, motocicletas, vans, caminhões, máquinas e equipamentos, demonstrando compatibilidade entre a demanda atual e o planejamento anual do Município.

A demanda também se mostra compatível com as justificativas setoriais constantes no PCA, uma vez que as Secretarias preveem contratações voltadas à continuidade das atividades administrativas e operacionais, manutenção de serviços públicos, conservação de bens, suporte às rotinas institucionais e atendimento adequado à população.

No âmbito da SEMINSP, o alinhamento é especialmente evidente, pois a frota, máquinas e equipamentos são utilizados em serviços de infraestrutura, manutenção de vias, apoio às frentes de trabalho e demais atividades operacionais. Para a SEMUSA, SEMED, SEMDES, SEMEAGRO, SEMPLACIDE, SEMECALT, SEMAFO e SEGAP, os serviços de lavagem também contribuem para a conservação dos veículos utilizados nas rotinas administrativas, deslocamentos institucionais e execução das políticas públicas de cada pasta.

Ressalta-se que o PCA possui caráter dinâmico e admite revisões e ajustes, permitindo a adequação de quantitativos, valores ou descrições conforme a necessidade administrativa apurada durante a instrução processual.

Dessa forma, a contratação mostra-se compatível com o planejamento institucional e operacional do Município, pois atende demanda prevista e necessária à conservação da frota municipal, à continuidade dos serviços públicos e ao adequado funcionamento das Secretarias participantes.

#### 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação permitirá às Secretarias Municipais participantes manter os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal em melhores condições de higiene, conservação e apresentação.

Com a execução dos serviços de lavagem simples e completa, espera-se reduzir o acúmulo de lama, poeira, resíduos, graxas e demais sujeiras decorrentes do uso contínuo da frota em atividades urbanas, rurais, administrativas e operacionais.

A solução também contribuirá para a preservação dos bens públicos, auxiliando na proteção da pintura, carrocerias, chassis, vidros, estofados, pneus, rodas e demais componentes sujeitos ao desgaste causado por sujeiras e agentes externos.

Outro benefício relevante consiste na melhoria das condições de uso pelos servidores e usuários dos serviços públicos, especialmente em veículos destinados ao transporte de pacientes, alunos, equipes técnicas e atendimento à população.

Além disso, a limpeza periódica facilita a identificação de avarias, vazamentos, danos e necessidades de manutenção, contribuindo para maior controle e gestão da frota municipal.

Dessa forma, os benefícios esperados envolvem maior conservação dos veículos e equipamentos, melhoria das condições de higiene, valorização do patrimônio público, apoio à manutenção preventiva e continuidade adequada das atividades desempenhadas pelas Secretarias Municipais participantes.

#### 13. Providências a serem Adotadas

Após análise do processo, verifica-se que a demanda se encontra suficientemente instruída quanto à necessidade da contratação, ao objeto, aos quantitativos estimados e às condições gerais de execução dos serviços.

Não foram identificadas providências adicionais essenciais a serem adotadas neste momento.

Dessa forma, entende-se que o processo pode seguir para as etapas subsequentes, observadas as rotinas ordinárias de conferência, aprovação e formalização pela Administração.

#### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação apresenta possíveis impactos ambientais relacionados ao consumo de água, utilização de produtos químicos de limpeza, geração de efluentes, resíduos sólidos, lama, graxa, óleo e demais materiais decorrentes da lavagem de veículos, máquinas e equipamentos.

Os impactos podem ser mais relevantes nas lavagens de caminhões, máquinas pesadas, tratores e equipamentos utilizados em áreas rurais, obras e frentes de serviço, em razão do maior acúmulo de barro, poeira, resíduos e substâncias oleosas.

Como medidas de mitigação, a contratada deverá executar os serviços em local adequado, com sistema de escoamento e destinação correta dos efluentes, evitando o lançamento irregular de água contaminada, resíduos, óleo, graxa ou produtos químicos no solo, rede pluvial, cursos d'água ou áreas públicas.

Também deverá ser priorizado o uso racional de água, produtos de limpeza compatíveis com a atividade, controle de resíduos gerados e adoção de boas práticas ambientais durante a execução dos serviços.

Dessa forma, os impactos ambientais são considerados controláveis e mitigáveis, desde que a contratada observe condições adequadas de execução, manejo correto dos resíduos e destinação ambientalmente apropriada dos efluentes gerados.

#### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

##### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável, pois a necessidade foi demonstrada, o objeto está definido, os quantitativos foram estimados e a solução atende às demandas das Secretarias participantes.

Dessa forma, declara-se viável a contratação, podendo o processo seguir para as etapas subsequentes.

#### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NICOLAS NISSOLA DIAS**

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

**ANEXO II**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/PMJ/2026**  
Modelo de Proposta Comercial  
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Bairro:						
Endereço:						
Município:		CEP:				
Estado						
Representante:		CPF:				
Telefone:		E-mail:				
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
Optante pelo SIMPLES: ( ) SIM ( ) NÃO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
1)					R\$	R\$

Valor total da proposta: R\$ xx (xx reais).

**OBSERVAÇÃO:** A PROPOSTA DEVERÁ CONTER AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME AS CONSTATE NO TERMO DEREFERÊNCIA.

DECLARAMOS que estão inclusas no valor da proposta todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

Prazo de validade da proposta: 90 (Noventa dias contados da sua abertura mínimo).

Prazo de entrega (execução): xx (xx) dias, contados do efetivo recebimento da ordem de fornecimento.

Condições de pagamentos: conforme edital e seus anexos.

Forma de entrega: Terrestre.

Local de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, conforme Termo de Referência.

Garantia Legal: Conforme art. 24, do CDC.

Outras Garantias: Conforme Contrato.

Local e data:        de        de 2026.

**Assinatura do Representante Legal**  
CARIMBO CNPJ



**ANEXO III  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/PMJ/2026  
PROCESSO Nº 6342/PMJ/2026  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /PMJ/2026**

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Rua Raimundo Catanhede, nº 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo (a) Assessor (a) Técnico (a) de Registro de Preço, Sr.(a) e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar de preços visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Infraestrutura E Serviços Públicos - SEMINSP, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento – SEMAFO, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico – SEMPLACIDE, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo – SEMECEL, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SENDES, Secretaria de Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 14.926/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

## **1. DO OBJETO**

**1.1. Registro de preços visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Infraestrutura E Serviços Públicos - SEMINSP, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento – SEMAFO, Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico – SEMPLACIDE, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo – SEMECEL, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SENDES, Secretaria de Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente - SEMEAGRO, da Prefeitura Municipal de Jaru-RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

## **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

## **3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pelas Secretarias solicitantes, partes integrantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº /PMJ/2026**.

## **4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 14.926/GP/2023, no Art. 32 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades

decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.7. A adesão à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.7.1. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

4.8. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

## **4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

## **4.3. DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA HABILITAÇÃO**

4.3.1. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

## **5. DA VIGÊNCIA DA ATA**

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implicará, a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente, conforme a orientação dada pela Procuradoria Geral do Município através do parecer jurídico nº 156 (ID 3746158).

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 14.926/23, assinar a ata de registro de preços.

5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.

5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

## **6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS**

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme art. 25, do Decreto Municipal nº 14.926/2023 observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.3. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru/DOE, e outros, no que couber.

6.1.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável,

mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaru, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

## **6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2. Caso o sistema de registro de preços seja utilizado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, deverá observar a seguinte condição:

I - atualização periódica dos preços registrados.

## **6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

## **6.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

6.4.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.4.2. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.4.3. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4.4. Se houver o cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## **7. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

### **7.1. DO PRAZO**

7.1.1. O prazo máximo para a empresa dar início e para concluir a execução dos serviços será de no máximo de 4 (quatro) horas corridas para lavagem simples e de 06 (seis) horas corridas para lavagem completa, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento/serviço, autorizadas e entregues pela secretaria.

7.1.2. Caso os serviços sejam recusados, deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contados a partir do recebimento da notificação apresentada a contratada, sem quaisquer ônus para a Administração do município de Jaru/RO.

### **7.2. FORMA DE ENTREGA**

7.2.1. A autorização de serviços, bem como a fiscalização dos serviços realizados, será liberada pelo secretário municipal da referida secretaria, através de requisições com a descrição dos devidos serviços, veículos, placa e valores constantes nas mesmas.

7.2.2. Os serviços deverão ser prestados sempre no local de funcionamento da Contratada, que deverá estar localizada no Município de Jaru/RO, em dias e horários previamente agendados, mediante a apresentação de requisição assinada por servidor responsável, especificando a placa do veículo e especificação do serviço.

7.2.3. Os veículos serão entregues e retirados na sede da contratada pelo fiscal ou servidor responsável que acompanhará a execução, juntamente a 1 via da requisição ou ordem de serviço, que deverá ser assinada pelo responsável da contratante e da contratada.

7.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2.5. A Fiscalização e aceitação do objeto será do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente do processo de licitação, através de servidores da Unidade Administrativa em questão, mediante indicação da Secretaria. Sendo que os serviços serão recebidos depois de conferidas às especificações, quantidades e qualidade dos mesmos.

7.2.6. Só será aceito o fornecimento de serviços que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

7.2.7. A prestação dos serviços será acompanhada pelo fiscal do contrato e/ou comissão de recebimento designada por cada secretaria, que irá relatar qualquer informação que se fizer necessária, após os serviços fornecido pela contratada.

7.2.8. Caso o serviço não seja realizado de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

7.2.9. O funcionário da contratante irá assinar a requisição e/ou ordem de fornecimento/serviço, para efeito de comprovação do mesmo.

### **7.3. DO RECEBIMENTO**

7.3.1. A Administração reserva o direito de exigir que os serviços a contratar sejam executados na sede urbana do Município de Jaru, para melhor acompanhamento e fiscalização, e não será permitida sua terceirização parcial ou num todo, e se dará de forma fracionada, conforme necessidade da administração, mediante a solicitação através requisição devidamente assinada pelo responsável pelo setor de manutenção.

7.3.2. Os serviços deverão ser prestados sempre no local de funcionamento da Contratada, em dias e horários previamente agendados, devendo este estar localizado no perímetro urbano do Município de Jaru/RO.

7.3.3. Os veículos serão entregues no local de funcionamento da contratada pelo Fiscal ou Servidor responsável juntamente com a 1º via da requisição ou Ordem de Serviço, que deverá ser assinada pelo responsável da contratada e da contratante e conter a placa do veículo e discriminação do serviço a ser executado. A retirada do veículo após a conclusão do serviço também será feita por um Servidor responsável da contratante.

7.3.4. O prazo máximo para início e conclusão do serviço é de 4 (quatro) horas no caso de lavagem simples e de 6 (seis) horas no caso de lavagem completa, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento/serviço, devidamente autorizadas e entregues pela secretaria.

#### **7.4. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

7.4.1. Os serviços deverão ser executados com qualidade, regularidade e acabamento compatíveis com a finalidade contratada, utilizando produtos, equipamentos, técnicas e mão de obra adequados à lavagem, limpeza e higienização de veículos, máquinas e equipamentos.

7.4.2. A lavagem simples deverá abranger a limpeza interna e externa do veículo ou equipamento, conforme a descrição do item requisitado, incluindo remoção de sujeiras aparentes, limpeza de pintura, vidros, pneus, aros, para-choques, entreportas e demais pontos acessíveis.

7.4.3. A lavagem completa deverá abranger, além dos elementos previstos para a lavagem simples, os procedimentos adicionais descritos no respectivo item, tais como limpeza inferior, aspiração, sopragem, acabamento, chassi, para-lamas, embuchamentos, bancos, motor e demais pontos acessíveis, sempre observadas as limitações técnicas de cada veículo, máquina ou equipamento.

7.4.4. A lavagem de motor, componentes elétricos, eletrônicos, sensores, módulos, painéis ou partes sensíveis deverá ser realizada com cautela técnica, somente quando cabível e de forma a não causar danos, infiltrações, curtos, mau funcionamento ou perda de garantia.

7.4.5. Não serão aceitos serviços executados de forma incompleta, com baixa qualidade aparente, uso de produtos inadequados, danos ao bem público, resíduos remanescentes incompatíveis com o tipo de lavagem requisitada ou divergência em relação à ordem de serviço.

#### **7.5. DA FISCALIZAÇÃO**

7.5.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta aceita, na ata, no contrato e nas requisições ou ordens de serviço emitidas.

7.5.2. A fiscalização deverá conferir, conforme o caso, a identificação do veículo, máquina ou equipamento, placa ou número patrimonial, tipo de lavagem solicitada, horário de entrega e retirada, qualidade do serviço executado, integridade do bem, assinatura da requisição e conformidade com o valor registrado.

7.5.3. Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, quando executados em desconformidade com as especificações, de forma incompleta, com baixa qualidade, atraso injustificado, uso de produto inadequado, dano ao bem público ou divergência entre o serviço requisitado e o serviço efetivamente realizado.

7.5.4. Constatada irregularidade, a fiscalização comunicará formalmente a contratada, fixando prazo para correção, complementação ou refazimento do serviço, sem ônus adicional à Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5.5. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços, danos causados aos veículos, máquinas, equipamentos, servidores, terceiros ou ao patrimônio público, nem pelo cumprimento das obrigações ambientais, trabalhistas, fiscais e contratuais.

#### **7.6. REGULARIDADE AMBIENTAL E ESTRUTURA DO LOCAL**

7.6.1. A contratada deverá manter estabelecimento ou base operacional regular, compatível com a prestação dos serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, observadas as normas municipais, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

7.6.2. Quando exigível pela legislação local ou ambiental, a contratada deverá apresentar alvará de funcionamento, licença ambiental, dispensa de licenciamento, autorização ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, compatível com a atividade de lavagem de veículos.

7.6.3. A contratada deverá adotar medidas adequadas para contenção, coleta, tratamento e destinação dos efluentes e resíduos gerados pela lavagem, especialmente água contaminada, lama, óleo, graxa, embalagens, produtos químicos e demais resíduos, vedado o lançamento irregular em vias públicas, rede pluvial, solo ou corpos hídricos.

7.6.4. Os produtos utilizados deverão ser compatíveis com a limpeza automotiva, preferencialmente neutros e biodegradáveis quando aplicável, não podendo causar danos à pintura, borrachas, vidros, estofados, componentes elétricos, mecânicos ou demais partes dos veículos, máquinas e equipamentos.

## **8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, conforme estatui o art. 3º, **inciso V**, do Decreto Municipal nº 14.926/2023.

8.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

8.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do art. 15 do decreto municipal nº 14.926/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A contratada fica obrigada de manter, durante toda a execução da ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme disposto no art. 92, inciso XVI da lei 14.133/2021.

## **9. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Jaru, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 14.926/2023.

9.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

9.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

9.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no art. 19, e observado o disposto no § 3º do art. 18, do Decreto Municipal nº 14.926/23, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA**

10.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 14.926, de 02 de fevereiro de 2023.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES**

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e conforme disposto na IN nº 001 - CGM/PGM/2024, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.5. A multa compensatória será aplicada conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 001- CGM/PGM - 2024, Seção II - Multa, Artigo 10 e Artigo 11:

Art. 10. A sanção de multa possuirá natureza compensatória ou moratória.

Art. 11. Considera-se multa compensatória aquela aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A pena base será estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, observados os seguintes parâmetros:

I - 10 % (dez por cento) do valor proporcional ao período de inadimplência, para aquele que der causa à inexecução parcial do contrato, no caso em que ensejar penalidade maior que a prevista no art. 9º da Instrução Normativa Conjunta;

II - 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo setor competente.

III - 15 % (quinze por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

IV - 20 % (vinte por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6. Multa moratória de 0,5% (um quinto por cento) até 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total ou parcial da obrigação assumida, conforme a análise do caso concreto, atraindo a aplicação da multa prevista no tópico 11.5, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.7. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato nos termos do Art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Serão aplicadas às sanções deste termo de referência, os critérios da dosimetria previstos no Capítulo IV da Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024;

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 001 CGM/PGM-2024.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES**

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## **13. DO CADASTRO RESERVA**

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 14.926.

## **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 14.926, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Gerência Sistema de Registro de Preços.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

---

(Representante / Nome / CNPJ)  
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

**ANEXO IV**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/PMJ/2026**  
**TERMO DE COMPROMISSO**  
(Em Papel Timbrado da Empresa)

AO

**PREGOEIRO (a) e EQUIPE DE APOIO,**

Pelo presente, a empresa **x (razão social) x**, inscrita no CNPJ/MF nº **x (nº) x**, com sede administrativa na **x (endereço completo) x**, neste ato representado por **x (nome completo) x**, CPF nº **x (nº) x**, propomo-nos a entregar/executar o **x (objeto resumido) x** de que trata o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/PMJ/2026**, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

**DECLARAMOS**, sob as penas da LEI:

**FATO SUPERVENIENTE**

**a)** Que até a presente data, não existe **FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS** para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

**ACEITAÇÃO DO EDITAL**

**b)** Que examinamos o Edital e seus Anexos e **ACEITAMOS** todas as condições e exigências, em todas as fases da licitação.

**FIRMAR CONTRATOS DELA ORIUNDOS**

**c)** Que concordamos em FIRMAR CONTRATOS dela oriundos do objeto da licitação pelo (s) preços ofertados mantendotodas as condições.

**EMPREGABILIDADE DE MENOR**

**d)** Que não utilizamos em nosso funcional a mão-de-obra de **MENORES DE IDADE**, nas idades e condições elencadas no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 9.854/99.

**RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**e)** Que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e demais normativas aplicáveis.

**DA CONCESSÃO DE USO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS**

**f)** Que a empresa concorda com a publicação de todos os documentos enviados para habilitação no portal da transparência do município, sem quaisquer tarjas, rasuras e/ou métodos que impossibilitem a verificação do conteúdo dos referidos documentos, para que seja mantida a transparência das contratações do município de Jaru/RO.

**EMPREGABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO**

**d)** Que não existe, em nosso quadro de empregados, **SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

**GRAU DE PARENTESCO**

**h)** Que não possuo parentesco **consanguíneo** ou afim, **até 3º grau**, com quaisquer pessoas ligadas à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU.

#### **AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

i) Que os documentos contidos na habilitação são **AUTÊNTICOS**.

#### **ENCARGOS, TRIBUTOS E DESPESAS INERENTES AO OBJETO**

j) Que todos os **ENCARGOS**, despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte/frete e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas estão inclusos no preço ofertado.

#### **INVOLABILIDADE DAS EMBALAGENS E PRAZOS DE VALIDADES**

k) Que as mercadorias serão entregues em **EMBALAGENS ORIGINAIS** e dentro do **PRAZO DE VALIDADE** de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de entrega, se outro não estiver especificado.

#### **DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

l) Que a empresa prestará garantia legal, no Estado de Rondônia, nos termos do Código do Consumidor, inclusive quanto à troca de produto e prestará a assistência técnica necessária e cabível ao objeto, sem custos adicionais.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino o presente.

Local e data:        de        de 2026

---

**Assinatura do Representante Legal**  
**CARIMBO CNPJ**



---

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP**

A LICITANTE/DETENTORA DA ATA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

Em,        /        /2026

---

**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

**ANEXO VI  
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO**

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_, considerando o disposto no art. 7, inciso III, art. 14 inciso IV da Lei 14.133/21.

**DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge (s) ou companheiro (s) de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

b) cônjuge (s), companheiro (s) ou tenha parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Executivo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório.

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou diretores vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

**Local e data:**        **de**        **de 2026**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA**  
**(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)**